**ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CINCO NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e vinte e três minutos do dia cinco de novembro ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Kaká Andrade, Cícero Lucena, Fleury e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Douglas Cintra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 11ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos 06/2014-CDR e 10/2014-CDR, com a finalidade de debater a Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros, instruindo, assim, a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44/2013. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes expositores: Neusvaldo Ferreira Lima, Secretário Nacional de Programas do Ministério do Turismo – MTur; Jun Alex Yamamoto, Diretor de Programas do Ministério do Turismo – MTur; José Osório Naves, Diretor para Assuntos Políticos Institucionais da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Alexandre Sampaio de Abreu, Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; e João de Souza Ávila, Diretor de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAr, não pôde comparecer em razão da negociação de acordo sindical do setor aéreo, mas encaminhou sua fala à CDR, conforme registrado pela Senadora Lídice da Mata; Márcio Santiago de Oliveira, Presidente da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, informou em ofício encaminhado à Secretaria de Apoio desta Comissão, não poder comparecer em face de problemas de saúde e de compromissos anteriormente firmados na sua base. Às dez horas e cinquenta e três minutos o Presidente passa a presidência a Senadora Lídice da Mata. Durante a Reunião usam da palavra os Senadores Lídice da Mata e Kaká Andrade. Comparece à Audiência o Sr. Alberto Alves, Secretário Executivo do Ministério do Turismo - MTur. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador ANTONIO CARLOS VALADARES**

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata.

Convido a Senadora Lídice da Mata, autora do RDR nº 10, de 2014, a ficar aqui ao nosso lado.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Realizaremos, na próxima semana, no dia 12 de novembro, às 9 horas, aqui no Plenário 7, audiência pública, em continuidade aos trabalhos hoje iniciados, em atendimento ao Plano de Trabalho de Avaliação de Políticas Públicas sobre a estruturação dos destinos turísticos brasileiros, decorrente dos RDR nºs 6 e 10, de autoria do Senador Valadares e da Senadora Lídice da Mata, oportunidade em que, como segunda parte, ouviremos representantes do governo, entre eles o Ministro do Turismo, Vinicius Lages.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a esta Comissão os anais do Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte. Esse seminário foi realizado em 13 de dezembro de 2013, com a presença de parlamentares e de membros convidados do CNC, do Sesc e Senac.

Os anais foram publicados, e nós os estamos apresentando, então, a esta Comissão, com um conteúdo bastante interessante, em que há pronunciamentos de Flávio Dino, Presidente da Embratur, eleito governador do Maranhão; do Deputado Federal Laércio Oliveira, Vice-Presidente da CNC; do Deputado Federal Valadares Filho, então Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; o Ministro Aldo Rebelo, do Ministério do Esporte; o Governador do Estado, Jackson Barreto.

Do Painel participaram o Ministro Aldo Rebelo; o Secretário Maurício Pimentel Gomes; Fernando Dias Dzarc, Gerente de Esporte e Lazer do Sesc; e Luciene Rezende, da Confederação Brasileira de Ginástica Olímpica.

No segundo Painel – A Influência do Esporte na Promoção do Brasil no Exterior –, falaram Flavio Dino; Elber Batalha, Secretário de Turismo; Enrico Fermi Torquato, da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis; e Cláudio Carneiro.

Esta, a apresentação do seminário realizado pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, com a participação desta Comissão.

Também aqui temos os anais do seminário, aqui realizado, intitulado "Novo Programa de Regionalização do Turismo". Aqui também constam a solenidade da abertura, a gestão descentralizada do turismo, a implementação de estratégias do PRT, mobilidade, diversidade e qualificação. Esse seminário foi realizado no Pantanal, com a participação desta Comissão, da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e com a parceira da CNC, Sesc, Senac. Aqui está o livreto que constitui os anais daquele seminário.

Aproveito o ensejo para fazer um breve pronunciamento no retorno das atividades desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Julgo oportuno lembrar o transcurso do Dia do Turismo, ocorrido no dia 27 do mês passado, quando estávamos ainda às vésperas do primeiro turno do pleito eleitoral. Também abordar alguns temas da maior importância, no âmbito deste Colegiado, notadamente os eventos recentemente realizados, ou por se realizar proximamente, de grande apelo turístico e de forte impacto na vida nacional.

O Dia Mundial do Turismo, não custa lembrar, foi instituído pela Organização Mundial do Turismo, em 1980, no 10º aniversário da aprovação do seu estatuto. A medida teve por objetivo conscientizar as pessoas da importância dessa atividade, não apenas para o lazer, mas também para dinamizar a economia e promover a difusão dos valores culturais e sociais.

O turismo é quase sempre associado, muito injustamente, ao descanso, à busca de novos conhecimentos e ao entretenimento e lazer, mas é também uma atividade que, para garantir a plena satisfação dos viajantes, envolve um conjunto de serviços especializados no atendimento a esses viajantes com reflexos na melhoria da infraestrutura, na geração de empregos, na arrecadação de impostos e na balança de pagamentos.

Sabemos todos da importância econômica que tem o turismo, que chega a constituir a principal receita da economia de algumas nações. Infelizmente, não é o nosso caso, em que pese o fato de essa atividade ter se expandido de forma significativa nos últimos anos.

De fato, nosso potencial turístico é imenso, a começar pela variedade das riquezas naturais, o que é compreensível num país com território de dimensões continentais.

O Rio de Janeiro é um cartão postal conhecido internacionalmente, assim como Salvador, Natal, Florianópolis e podemos incluir aqui – por que não? – Fortaleza, Aracaju, Maceió, João Pessoa. Nossas praias atraem a atenção de turistas de todo o Planeta, mas o Brasil tem ainda atrativos naturais internacionalmente conhecidos como o Pantanal, a Chapada Diamantina, os Lençóis Maranhenses, a Amazônia ou as Cataratas do Iguaçu. Essas duas últimas atrações, aliás, foram incluídas numa recente votação informal, pela Internet, entre as Sete Maiores Maravilhosas da Natureza de todo o Planeta.

O potencial turístico brasileiro, porém, vai muito além de suas riquezas naturais, contemplando cidades históricas, atividades desportivas, eventos religiosos e culturais ou feiras de negócios.

Em 2013, recebemos mais de seis milhões de turistas estrangeiros, o que nos deixou em primeiro lugar na América do Sul e em segundo lugar na América Latina, mas ainda muito longe dos padrões internacionais, especialmente se considerarmos as dimensões do nosso território, o número de habitantes e os recursos naturais de que dispomos.

A grande maioria dos visitantes estrangeiros procede da Argentina, seguida pelos Estados Unidos e Uruguai, bem como por países europeus, como Itália, Alemanha, Espanha e Portugal.

Além de atrair esses visitantes, todavia, temos que estimular o turismo interno, como forma de dinamizar a economia e propiciar entretenimento para milhões de famílias brasileiras.

A necessidade de dinamizarmos o turismo e também de aproveitarmos as oportunidades que surgem para esse fim ficou definida na mensagem ao Congresso Nacional encaminhada pela Presidenta da República.

No documento, a Chefe do Executivo lembra que as receitas do setor, ou seja, os gastos dos turistas estrangeiros em nosso País chegaram a R$6,130 bilhões, enquanto que os gastos dos turistas brasileiros no exterior somaram R$23,120 bilhões. Vê-se que houve um déficit muito forte, com um montante de aproximadamente R$17 bilhões.

Depreende-se daí que precisamos investir para reverter esses números no que concerne ao turismo internacional e também para que os brasileiros conheçam mais o seu próprio país.

Para 2016, conforme destaca a mensagem governamental, a expectativa é de serem inaugurados 422 novos empreendimentos hoteleiros de vulto, com o incremento de mais de 70 mil quartos. O nível de ocupação, que era de três milhões de empregos formais, em 2013, deve também registrar um forte incremento diante dos R$12 bilhões em investimentos privados no setor.

Não se pode ignorar, nesse contexto, o segmento de negócios e eventos, que registrou um maior crescimento em 2012, de acordo com a pesquisa anual de conjuntura econômica, da Fundação Getúlio Vargas. Afinal, como anota a mensagem, o turista de negócios gasta, em média, US$127,00 por dia, praticamente o dobro do que gasta o turista de lazer.

Divulgado em maio do ano passado, levantamento da International Congress and Convention Association mostrou o Brasil como o 7º colocado em recebimento de eventos internacionais, sendo o único da América Latina entre os 10 primeiros.

No entusiasmo de ressaltar tantas belezas naturais e tantos outros atrativos no nosso País, não posso me furtar à menção do potencial turístico do meu Estado, Sergipe, com a devida vênia da Senadora Lídice da Mata, que mora em uma das mais belas capitais do nosso País, notadamente pelo seu patrimônio histórico e cultural, que ela tão bem soube zelar, com carinho, quando foi Prefeita de Salvador.

Quero destacar que, nas últimas décadas, Sergipe presenciou a consolidação de roteiros turísticos tradicionais, como as praias do seu privilegiado litoral, as cidades históricas de São Cristovão e Laranjeiras.

Em São Cristóvão, existe uma praça, a Praça São Francisco, que foi considerada patrimônio cultural da humanidade. A capital, Aracaju, com a praia de Atalaia, com o seu traçado, que foi feito historicamente e na sua fundação, o traçado de uma cidade artificial. E o *Canyon* do Xingó, que é uma das belezas mais significativas do Nordeste brasileiro.

Também presenciamos o crescente interesse por atrações menos tradicionais, embora igualmente interessantes, como aquelas que têm foco na caatinga, nos indícios da presença de homens pré-históricos ou na história do cangaço. São novos pontos de interesse dos turistas, que aos poucos vão sendo descobertos ou redescobertos, agora dotados de uma infraestrutura adequada para os viajantes.

O Estado de Sergipe foi o quarto ente federado a assinar o convênio do Prodetur, com previsão de desembolso inicial de US$100 milhões, financiado em parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e com a contrapartida estadual.

Com os investimentos do Programa, pretende-se incrementar o número de visitantes nacionais e estrangeiros e, em consequência, gerar emprego e renda, além de conferir maior visibilidade das atrações locais.

Entre outros benefícios, os recursos que estão sendo investidos permitirão a execução de melhorias no acesso ao aeroporto, na BR-101, no conjunto de orlas e atracadouros, na recuperação do patrimônio histórico, na qualificação da mão de obra.

Este é um ponto da maior importância, a qualificação da mão de obra. É necessário e urgente que as pessoas empregadas no setor turístico melhorem seu nível de informação e também de conhecimento de outras línguas.

Paralelamente, é necessário combater outras deficiências, não só no Estado de Sergipe, mas em todo o Brasil, como a violência, que campeia em todas as capitais e, agora, também no meio rural; o turismo sexual; o estrangulamento da malha viária e da aviação. Além disso, é necessário reduzir os custos dos serviços – as passagens são caríssimas, mas não vale a pena comentar neste momento.

Apesar dos prognósticos pessimistas que antecederam a Copa do Mundo, o que o jornal gaúcho *Zero Hora* classificou, com toda a razão, de negativismo prévio, o Brasil saiu-se bem na sua empreitada.

Quanto à receptividade do povo brasileiro, ela foi destacada na mídia de todo o mundo. Agora, só houve uma coisa ruim: o placar de 7 a 0 diante da Alemanha.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) – Sete a um.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Desculpem-me: 7 a 1. É que só assisti até o 7 a 0. (*Risos.*)

Mas o Brasil vai se recuperar dessa derrota e, sem dúvida alguma, vai mostrar seu potencial futebolístico em outras oportunidades. O Brasil, sem dúvida, sempre despontou entre as melhores equipes do futebol mundial, e não vai ser por esse resultado de 7 a 1 que vamos baixar a cabeça. Bola para frente!

Agora temos de nos preparar para fazer das Olimpíadas e das Paralimpíadas de 2016 um evento ainda mais brilhante. E precisamos também oferecer ao próprio turista brasileiro um amplo leque de opções, com baixo custo e bom atendimento, para que ele se sinta, cada vez mais, estimulado a conhecer melhor o seu povo e a sua terra.

Quero destacar a presença aqui de Alberto Alves, Secretário-Executivo do Ministério do Turismo. (*Pausa.*)

Eu quero anunciar que, por inciativa do Senador Douglas Cintra, realizaremos nesse dia 7, sexta-feira, às 14 horas, o seminário "Arranjo Produtivo Local de Confecção e o Turismo como Vetores do Desenvolvimento na Região Agreste".

O evento acontecerá na Associação Comercial e Empresarial de Caruaru, situada na Rua Armando da Fonte, nº 15, 2º andar, Edifício Mauricio de Nassau, em Caruaru, Pernambuco.

A programação do evento encontra-se em cima das bancadas dos Senadores e das Senadoras.

Na pauta de hoje nós temos, para a nossa alegria, da iniciativa da Senadora Lídice da Mata, uma audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 6 e 10, com a finalidade de debatermos a estruturação dos destinos turísticos brasileiros, instruindo, assim, a avaliação de política pública no âmbito da CDR, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013.

O Senado Federal baixou uma resolução, como é do conhecimento de todos, para que cada Comissão escolhesse temas, incluídos nas suas atribuições, que pudessem ser debatidos em audiência. Então, um dos temas aqui escolhidos pela nossa Senadora Lídice da Mata é este: destinos turísticos brasileiros.

Para tal, temos a alegria de convidar para participar desta audiência pública, sentando aqui à mesa, ao nosso lado, o Sr. Neusvaldo Ferreira Lima, Secretário Nacional de Programas do Ministério do Turismo.

Convido V. Sª a sentar-se aqui, conosco.

Seja bem-vindo!

Convido o Sr. Jun Alex Yamamoto, Diretor de Programas do Ministério do Turismo; o Sr. José Osório Naves, Diretor para Assuntos Políticos e Institucionais da Confederação Nacional do Turismo.

É um prazer revê-lo.

Convido o Sr. Alexandre Sampaio de Abreu, Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços e Turismo (CNC); o Sr. João de Souza Ávila, sergipano ilustre, querido amigo, Diretor de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav).

É um prazer em vê-lo, conterrâneo!

Pois bem; esta reunião, como entre tantas outras que realizamos anteriormente, contará com os serviços de interatividade do Senado, que permitem aos cidadãos encaminhar perguntas e comentários destinados aos nossos convidados, por intermédio desta Presidência.

Qualquer cidadão pode acessar ao portal e-Cidadania e acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como, por meio do Mural do Cidadão, enviar seu comentário ou pergunta. As participações dos cidadãos serão recebidas nos seguinte canais: portal e-Cidadania, bit.ly/audienciainterativa; Alô Senado, 0800-612211. Ligação gratuita, sem dúvida alguma.

Cada Senador ou Senadora, bem como própria sociedade, pode ver os comentários e perguntas nessas mesmas páginas do portal e-Cidadania. Tais inovações buscam tornar mais dinâmica a participação da sociedade na atividade legislativa e no debate parlamentar.

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado terá 15 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Eu passo a palavra, neste momento, antes de iniciarmos a nossa audiência com os nossos debates, à Senadora Lídice da Mata, para leitura da carta de Eduardo Sanovicz.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) – Bom dia a todos, senhoras e senhores presentes e Srs. Senadores que comparecem a esta audiência pública.

Pelo Presidente, fui encarregada de fazer um relatório de análise, conforme determina o Senado, das políticas públicas relacionadas ao turismo no Brasil. Nós, então, dividimos esse debate em duas audiências públicas: uma que será hoje e a outra, na próxima semana. Depois, então, faremos o relatório a respeito desse assunto.

Esta audiência pública tem a participação de gestores, ou seja, de representantes no Ministério do Turismo; a próxima contará com a presença de representantes dos Secretários de Turismo de todo o País e representantes de entidades da área privada que executam a política de turismo do Brasil.

O Plano Nacional de Turismo é a política especificamente analisada. Nesse caso, falaria, hoje, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas, pelo Sr. Eduardo Sanovicz, que, além de ter sido o Presidente da Embratur e ter tido uma experiência na área do turismo do ponto de vista governamental, hoje representa um importante setor do *trade* turístico assim conhecido.

Contudo, Sr. Presidente, o Sr. Eduardo Sanovicz fez questão de, na semana passada, vir à nossa Comissão para prestar contas da sua impossibilidade de estar aqui hoje. Neste momento, esta acontecendo a reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que tem um projeto que trata justamente das relações de trabalho entre as empresas de aviação e o sindicato de aeroviários do Brasil. Esse processo passa por uma negociação que já se estende por mais de um ano. E vai se tomar uma decisão a partir dessa reunião, desse acordo que se está organizando neste momento, e, por isso, ele fez questão de, como parceiro que sempre participou das nossas atividades, vir justificar a sua ausência. E esse é um setor extremamente importante para o segmento do turismo no Brasil, porque cuida justamente do transporte aeroviário no País.

Então, vou passar a ler um depoimento que ele fez questão de dar. Esse depoimento foi gravado e, depois, degravado para que nós pudéssemos tomar conhecimento. Porém, S. Sª ficou também com o compromisso de nos enviar um documento específico da sua entidade, elaborado tecnicamente por eles, para que se possa incorporar ao nosso relatório final.

Eis o depoimento:

Retrospectiva: a criação do Ministério do Turismo

Vale a pena, para efeito histórico, registrar um marco importante que é a criação do Ministério do Turismo em janeiro de 2003. Ele é criado porque havia uma demanda histórica do setor, a partir dos anos 90, que demandava um Ministério exclusivo por entender o turismo como uma importante atividade econômica. Essa demanda é apresentada no Congresso da Abav (Associação Brasileira de Agências de Viagem) de 2002 aos dois candidatos a Presidente – ao então candidato Lula e ao candidato Serra; o Lula assume esse compromisso, ganha a eleição, cumpre o compromisso assumido e cria o Ministério, finalmente, em janeiro de 2003.

Esse pleito é consolidado no CBratur, que até então era realizado pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, que é justamente um congresso onde se reúnem todas as entidades da área do turismo com o Parlamento brasileiro. E na presença dos dois candidatos, Lula e Serra, também, digamos assim, consolidado esse compromisso.

A criação do Ministério, de per si, já é outro degrau, outra qualidade quanto à implementação de políticas públicas de turismo no País, porque você passa a ter uma unidade exclusivamente responsável por isso e deixa de ter, o que na história vinha acontecendo (a gente brincava [diz ele], na época, que turismo era preposição ou vírgula na Administração porque era [sempre quando se escrevia ou se falava sobre atividade econômica, se incorporava] “e turismo”, “ou turismo”, [de forma, como se dissesse "etcétera"] [...].

Criado o Ministério, você põe no ar algumas coisas importantes. Primeiro, a Embratur passa a ser responsável exclusivamente pelos programas de promoção e apoio à comercialização de destinos turísticos brasileiros no exterior; e o Ministério ganha duas áreas importantes, uma voltada ao mercado nacional – que é a Secretaria de Políticas de Turismo – e outra voltada a obras, infraestrutura e capacitação, três grandes tarefas.

Nesta última década, portanto, isso marca o setor porque essa atitude federal reflete-se em Estados e Municípios. Na última década, vimos vários Estados criando secretarias de turismo ou unidades de promoção de turismo com outros nomes, e Municípios fazendo o mesmo.

O segundo passo importante, aí já falando de ações de promoção, e isso muda a história definitivamente, é a criação do Plano Aquarela, que é o Plano de Marketing Turístico, aprovado na Embratur em 2004 depois de ter envolvido quase 200 entidades, secretarias, órgãos públicos e privados no Brasil e milhares de pessoas por meio de entrevistas e contatos em 18 países. Foi um processo riquíssimo, já documentado e relatado no Senado várias vezes. O Plano Aquarela, há oito, nove anos, vem norteando as ações de promoção do Brasil no exterior e a criação da Marca Brasil acaba se identificando como a marca de promoção do País, hoje já consagrada.

Do ponto de vista do Ministério [do Turismo], você tem o Programa de Regionalização do Turismo, também de 2004; tem o Programa de Qualificação, voltado a pessoas e equipamentos (Aventura Segura, por exemplo); e tem uma decisão política importante, do então Ministro Mares Guia, de criar uma relação muito forte com o Congresso, no sentido de receber emendas ao Orçamento, vindas do Congresso Nacional (Câmara e Senado) e discutir com os Senadores e Deputados o rumo e a forma de aplicar essas emendas.

O Ministério do Turismo passa a se consagrar como o Ministério que tem a maior execução de emendas parlamentares. Se comparado percentualmente, é um Ministério que paga, em média, 98% das emendas. Muito positivo o volume de pagamento. Virou uma espécie de Ministério querido pelo Congresso, porque resolve o problema dos Senadores e Deputados, que passam a debater com o Ministro como fazer e por onde fazer. Isso marca de maneira muito resumida os três primeiros anos do Ministério.

Outra marca importante é a criaçao do Salão Nacional do Turismo. O pai do Salão é o Milton Zuanazzi, a mãe é Tânia Brizola e a madrinha é Isabel Barnasque. Foram essas três pessoas que criaram o Salão Nacional do Turismo, que é, em minha opinião, a grande vitrine de todo esse processo, que funcionou muito bem até 2010. Acho que chegaram a ser realizados cinco Salões do Turismo. Isso é um pouco do que marcam essas mudanças.

Daí em diante, ele faz uma análise dos resultados do *marketing* internacional e os novos desafios, além de fazer uma avaliação específica da aviação, que é o seu setor, e o turismo.

Portanto, como se trata de um documento grande, de seis páginas, e para que possamos dar prioridade às pessoas que aqui vieram participar da audiência pública, vou dar conhecimento desse depoimento do Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, solicitando à Secretaria da Comissão que dele tire cópias para distribuição aos senhores. Também o colocaremos na Internet para que os que acompanham a audiência pública e estão nesse processo de interatividade, debatendo e construindo o nosso relatório a muitas mãos, tomem conhecimento, e, assim, possamos nos aproveitar de toda a contribuição que o Sr. Eduardo Sanovicz, um dos grandes parceiros desta Comissão de Turismo e também um dos principais atores do *trade* turístico no Brasil, para dar a nossa avaliação da efetivação da política pública de turismo para o Brasil, em especial nesta audiência pública, onde debatemos a estruturação dos destinos turísticos brasileiros.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata pela gentileza de ler esse comunicado e fazer um resumo de todas as declarações do presidente.

Eu iniciarei o debate concedendo a palavra ao Dr. Alexandre Sampaio, para fazer a sua exposição. Em seguida será o Dr. João de Souza Ávila.

**O SR. ALEXANDRE SAMPAIO DE ABREU** – Bom dia a todos.

Saúdo o nosso Senador Antonio Carlos Valadares. Estive recentemente em Aracaju para a posse do nosso Presidente da Fecomércio, Deputado recém-eleito, Laércio Oliveira. Queria dizer que Aracaju está linda como sempre; é um Estado que, realmente, desponta como um grande destino turístico no Nordeste do Brasil. Saúdo a nossa Senadora Lídice da Mata, autora da convocação desta oportuna audiência pública.

Já de imediato, desculpo-me por não haver trazido dois exemplares, um para o Senador e outro para ela, mas, por uma questão de gênero, vou presentear primeiro a Senadora. É um estudo de turismo e sustentabilidade que a gente vai lançar na Festuris, em Gramado, a partir do dia 6. Quero passar o primeiro exemplar às suas mãos, do estudo de viabilidade do turismo nacional sob o aspecto sustentável. Eu me comprometo a fazer chegar ao gabinete do Senador ainda esta semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Dr. Alexandre, com a devida vênia, a Senadora vai dar presença, compondo o quórum na CAS, e em seguida voltará.

**O SR. ALEXANDRE SAMPAIO DE ABREU** – Sem problema.

Eu queria saudar toda a equipe do Ministério do Turismo, na presença do nosso Secretário Executivo Alberto Alves, meus companheiros de mesa aqui nesta audiência, a equipe do Ministério do Turismo presente, os *staff* do CNC, a imprensa, assessores parlamentares das entidades do *trade* que se fazem também aqui presentes acompanhando a Comissão.

A nossa apresentação é muito sucinta, até para nos atermos aos quinze minutos. Nós fizemos uma embasamento de toda a atividade que a CNC, como uma das entidades representantes do turismo nacional, com todo seu arcabouço dentro do sistema do Sicomércio, envolvendo a atuação do Sesc e Senac, desenvolvem em todo o Brasil em prol da questão da estruturação do turismo brasileiro.

As atividades da iniciativa privada têm que ser entendidas, no nosso ponto de vista, como um processo complementar e sinérgico à política de turismo que é desenvolvida hoje mormente pelo Ministério do Turismo sob a orientação do Governo Federal. Faço aqui uma ressalta muito bem feita. Na verdade, o Ministério do Turismo, desde a sua criação, prima por uma participação democrática, partícipe da iniciativa privada, de todos os atores que desenvolvem esse processo. Prova disso é a recente discussão do Plano Plurianual como planejamento indutor para o quinquênio 2015/2020, o que transcende o aspecto de ser uma político de governo e passa a ser uma política de Estado, o que é louvável no sentido de nós termos a discussão do turismo dentro de um processo holístico, partícipe e que se seja consensado.

Nesse sentido, o papel da CNC tem sido muito mais o de prover uma atividade complementar, massivamente partícipe dos atores privados através de seus braços operacionais e da sua estrutura criada não só para atender o turismo como no processo complementar, como eu falei, do sistema de aprendizado técnico do Senac e da atividade de inclusão social desenvolvida pelo Sesc, há muitos anos, inclusive.

Devo dizer também que a CNC está na véspera de uma reestruturação de sua área de turismo. Devemos ter novidades aí nos próximos meses. A Presidência já percebeu, dada a importância conjuntural, no terceiro milênio, do papel que o turismo vai ter nos próximos anos no Brasil e no mundo, que nós devemos ter um *approach* um pouco diferenciado. E estamos potencializando e finalizando essas alterações que vão se dar dentro da Casa.

Eu queria então dar início, colocando a questão do comércio e do turismo e, aí, fazer uma ressalta que é importante, qual seja, turismo é comércio na sua essência. Quando nós falamos em comercialização de pacotes, em compra de passagens aéreas, na atividade *per se*, empresarialmente dizendo, o comércio se faz presente dentro da própria natureza intrínseca da atividade turística brasileira. Então, essa sinergia entre a atuação da CNC há mais de 70 anos no processo que envolve o turismo nacional é natural e da sua própria essência.

Aqui eu falo das duas milhões e duzentas mil, mais um pouco, empresas que hoje gravitam em torno do turismo nacional, com empregos gerados, mais de 16 milhões, um quarto do PIB nacional. E conceituo isso dentro do processo de como isso se dá dentro da nossa estrutura, dentro da nossa Casa.

Com 27 federações estaduais, todas elas com uma nominata de turismo na sua denominação, qual seja atuando no processo complementar dentro de uma percepção regional; sete federações nacionais filiadas, entre elas a Federação Nacional de Hotéis e Restaurantes, que nós presidimos, com mais de 65 sindicatos em todo o Brasil; e 80 sindicatos do turismo representados, entre eles os sessenta e poucos da nossa federação e mais outros de turismo e hospitalidade, alguns deles apesar de sindicalmente recolherem dentro do aspecto que está em discussão hoje, filiados e atuando dentro do processo do Sistema CNC.

Há 69 anos a CNC orienta e faz o acompanhamento da atuação do empresariado nesse sentido e essa é a grande diferença, ou seja, o que a CNC faz pelo turismo nacional.

Antes, passo ao próximo quadro, mas já querendo conceituá-lo, eu acrescento alguns itens que a CNC tem desenvolvido nos últimos anos. Especialmente nos últimos três anos, nós somos hoje a maior entidade patrocinadora dos eventos do turismo nacional. Estamos presentes em todos, praticamente todos, os eventos de turismo nacional. Cito a Abav como sendo nós um dos maiores patrocinadores, junto com o Sebrae, ações ou feiras de turismo, não só setoriais, específicas, como a Hotel News, a Fistur, que desenvolvem um processo de ilação com a nossa atividade, principalmente hotéis e restaurantes, mas também todas as feiras regionais de grande importância no Brasil.

Como acabei de citar, estaremos lançando um estudo sobre turismo e sustentabilidade, oriundo do Conselho Nacional de Turismo, uma estrutura de mais de 50 anos dentro da nossa casa, que consubstanciou isso em vários estudos e *approachs* que foram desenvolvidos dentro desses vários painéis. Ele está sendo lançando dentro da Feituris, que é hoje, digo, um dos maiores eventos de turismo do Sul do País, dentro do processo de integração do Mercosul.

Dentro das ações que a CNC desenvolve, nós podemos citar esse fortalecimento da atividade econômica, através desse apoio logístico que a gente desenvolve para a preparação do empresariado para atuar nesses novos desafios que o turismo traz em termos do Brasil de hoje, e pesquisas. Nós acabamos de viabilizar, sendo partícipe, uma grande pesquisa sobre o impacto econômico das atividades de eventos no Brasil. Esse projeto foi idealizado pela ABEOC e pelo Sebrae. A CNC foi partícipe, com grande volume de recursos, viabilizando uma pesquisa de campo. Agora, independente das pesquisas que são realizadas pelo IBGE nesse setor, nós temos uma visão do empresariado que atua nessa área.

Ali devemos ressaltar a grande relevância das informações que foram levantadas, como o volume de faturamento dessa área e principais gargalos que estão ali idealizados. Isso foi feito com o observatório de campo, com o Observatório do Turismo da UFF, através de várias outras parcerias, com unidades juniores de universidades federais, quer dizer, envolvendo a academia em todo o Brasil. Foi uma pesquisa de grande amplitude e que traz, realmente, dados importantes para as políticas públicas e privadas também de orientação nesse investimento em setor tão importante para o turismo brasileiro.

Nós devemos falar também da nossa atuação dentro dos processos do Executivo e do Legislativo. A atuação da nossa assessoria parlamentar se dá tanto no Senado quanto na Câmara e também através das Fecomércios, no âmbito legislativo das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais das principais cidades de destinação turística. E isso está dentro da égide da Sindetur. Também temos processos de atuação no acompanhamento conjunto da política dessas pesquisas de decisões econômicas.

Na estrutura da casa, nós temos a Câmara Empresarial de Turismo, que é uma estrutura que sediamos, que envolve as 22 maiores entidades associativas deste País em todas as áreas de atuação do turismo nacional. Ali desenvolvemos debates com autoridades governamentais e também em processo de validação de posicionamento do *trade* privado, *a priori*, em função de decisões que têm que ser tomadas pelo empresariado de maneira uníssona.

Procuramos sempre o consenso, mas, eventualmente, procuramos esgotar as questões que envolvem um posicionamento comum, porque, aí, logicamente, fortalecemos a política integrada do turismo como um todo e não só setorialmente, envolvendo, por exemplo, hotéis, restaurantes ou aviação, mas, sim, uma visão integrada de todos os *players* que atuam nesse setor.

O Conselho de Turismo, que acabei de citar, é uma organização ou um fórum de mais de 50 anos de existência, onde próceres do turismo nacional desenvolvem amiúde a discussão de processos que contemplam toda a cadeia de serviços e atividade econômica do turismo brasileiro. Devo ressaltar que o Conselho, nos seus primórdios, foi o idealizador ou o encaminhador da grande, vamos dizer, semente que resultou, depois, num consenso de que o Ministério do Turismo seria um objetivo comum ao *trade* nacional. Isso há mais de 50 anos.

E, revendo, agora, as atas, os problemas que grassavam naquele tempo são os mesmos problemas que nos afetam hoje em dia, Senador: questão legislativa, questão trabalhista, os processos tributários, ou seja, o cenário do campo de atividade empresarial tem que ser, claro, de contínuo avanço, de contínuo aprimoramento, mas tem que ser de uma discussão contínua, porque, na verdade, somente com uma percepção de uma discussão que se faz presente e constante, nós podemos convencer nossos legisladores, e eles serem sensibilizados pelas alterações que possam ser feitas, logicamente com a atuação do Executivo, para que possamos fazer as mudanças estruturais que vão fazer o setor desenvolver-se cada vez mais.

Dentro desse processo, eu devo citar, também, a atuação do Sesc. O Sesc, dentro do seu histórico de atuação, já desenvolve uma vertente que, cada vez mais, vai crescer no Brasil de hoje, que é a indução do turismo social.

Nós já atendemos o setor comerciário, nossos comerciários, com unidades em todo o Brasil. Muitas delas foram pioneiras em alguns destinos de estruturação como processo de conhecimento daquele local, daquele atrativo. Foram, às vezes, pioneiras nesse investimento no processo de atração e de crescimento do turismo ali, e propiciou que esses destinos, depois, se consubstanciassem, de repente, em outras gamas, em outros patamares de aquisição, isto é, nós oferecemos, ali, um turismo social, para baixo poder aquisitivo, com qualidade, e esses destinos, sendo desdobrados, sendo comentados, propiciaram e fomentaram uma estruturação de oferta turística mais qualitativa ou para maior poder aquisitivo, fazendo com que o volume de destinação de conhecimento daquela área fosse cada vez maior.

É importante notar, também, que nós já realizamos mais de 14 mil excursões turísticas, promovidas pelo Sesc, em todo o Brasil, e devemos notar, também, que fomos pioneiros em alguns investimentos de caráter socioambiental muito grandes, como a nossa unidade do Sesc Pantanal, que é, hoje, uma referência, no Brasil, em termos de uma abordagem que propicia estudos acadêmicos, setorialmente embasados para desenvolver políticas de conservacionismo, e foi um fator de uma ação, também, de elevação do nível social do entorno muito preponderante, que propiciou uma inclusão extremamente importante para aquela comunidade do entorno.

Alguns dos senhores já a conhecem ou sabem que é, hoje, uma referência em nível mundial, não só pelo seu tamanho, pela sua grandiosidade, mas, sim, pela práxis que a gente desenvolve, ali, no processo da sustentabilidade e da harmonização de um turismo sustentável.

Devemos, também, falar de todas as ações que a gente desenvolve em nível do turismo comunitário, quer dizer, como nós somos indutores de processos que envolvem a nossa atuação dentro de comunidades, fazendo com que essa comunidade se insira no processo da unidade ali ofertado, mas também desenvolvendo uma série de atividades socioeconômicas ou socioambientais, que propiciam que essa inclusão social se dê a partir da percepção do valor do turismo em destinos que, realmente, por não terem industrialização, por não terem uma área de serviços muito exacerbada, resta, a eles, o turismo como uma opção econômica de desenvolvimento viabilizada e que vai propiciar, com essas atividades ou com essas atitudes que nós tomamos em nossas propostas de trabalho e projetos, uma percepção maior desse grupo social no atendimento, na inserção dessa atividade economicamente ou extremamente vantajosa e importante.

Por último, eu queria colocar algumas questões relativas ao Senac, quais sejam, não se discute, hoje, o que o Senac fez pela formação profissional setorial do turismo brasileiro. São mais de 320 mil formados só nos últimos dois anos, numa visão holística, que envolve, desde o atendimento em funções especializadas, como cozinha, atendimento de salão para garçons etc., mas também formadores, em nível de...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ALEXANDRE SAMPAIO DE ABREU** – ... em nível de gerenciamento de processos de gestão muito importante.

Mais de 4,610 Municípios são alcançados e isso é inegável em termos da vantagem que o Senac propiciou, através do Sistema CNC, a toda formação e capacitação do turismo brasileiro.

Por último, eu queria deixar algumas sugestões, que nós vemos que são importantes na atual conjuntura, como complementar a política já vitoriosa, ou melhor, muito acertada que o Ministério desenvolve, que seria um processo que nós devemos incentivar: a estruturação de Parcerias Público-Privadas em áreas de parques nacionais. Isso, no mundo inteiro, já é, comprovadamente, sucesso. Temos, hoje, um projeto piloto, acompanhado pelo Ministério, ali, na Rota Lund, perto de Confins, em Minas Gerais, que é um projeto vitorioso, com certeza, e vai induzir... Afora os parques, hoje, já sob gestão privada, como o Parque Nacional do Iguaçu, mas nós devemos incentivar essa prática. Ela é bilateralmente vantajosa, ou seja, propicia recursos para o conservacionismo, mantém uma gestão privada com um turismo sustentável e vai manter os nossos parques nacionais como um instrumento, uma ferramenta de atração do turismo nacional.

Segundo, eu acho que a gente deve desenvolver, também, uma prática que hoje o Ministério abraça: nós devemos procurar, dentro desta Casa, junto com o Governo Federal, na área da Fazenda, na área da Secretaria da Receita Federal, termos processos de crescimento para facilitação da importação de equipamentos para parques temáticos.

O parque temático, com certeza, é um indutor que agrega na regionalização do turismo, potencializa seu atrativo e é um fator de desenvolvimento turístico regional, além de ser atração não só para nossos vizinhos da América Latina e da América do Sul, como também através de atração de investimentos internacionais trazermos também turistas internacionais que tenham uma visão e tenham uma prática de frequentar esses parques temáticos e que podem ser, com certeza, grandes empregadores e geradores de desenvolvimento econômico. ´

É claro, por último, queremos nos solidarizar e apoiar definitivamente o desenvolvimento da aviação regional neste País. Temos um país de tamanho continental e somente, somente não, com certeza também com a aviação regional vamos induzir processos de crescimento em locais em que, às vezes, o acesso rodoviário é um pouco mais difícil. Se queremos levar um turismo de qualidade, é importante que essa proposta que o governo sempre desenhou na gestão passada, mas que deve ser continuada na nova gestão, até a partir da reeleição da Presidenta Dilma, acho que o processo de desenvolvimento dos aeroportos regionais será um fator importante.

É isso que eu queria colocar. Estou à disposição para posteriores esclarecimentos.

Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Obrigado, Dr. Alexandre.

Concedo a palavra ao próximo convidado e debatedor, Dr. João de Souza Ávila.

**O SR. JOÃO DE SOUZA ÁVILA** – Inicialmente, quero cumprimentar o Senador Valadares, como Presidente e também um conterrâneo, e dizer que é uma oportunidade muito grande que a Abav Nacional tem em trazer também um sergipano, mas com origem educacional na Bahia, fazendo também assim, no meu primeiro momento, uma referência à Senadora Lídice da Mata. E quero dizer do nosso Senador Kaká Andrade, outro sergipano que está aqui presente, e, na minha fala, farei alusões ao Município onde ele teve uma importância muito grande na questão do turismo.

Inicialmente, nós queremos dizer que a Abav – Associação Brasileira dos Agentes de Viagem representa os agentes de viagem, canal principal de comercialização de todo produto turístico nacional, não só internamente, mas também para o turismo externo. Quer dizer, nós como exportadores.

Lembramos, nas primeiras palavras do Senador Valadares hoje aqui nesta abertura, a sua preocupação, quando ele colocou a diferença na balança comercial do produto turístico que o Brasil consegue trazer internacionalizando os recursos e o que o brasileiro coloca lá fora. O Senador lembrou da necessidade de um grande trabalho para que se movimente, para que se dê crescimento ao turismo nacional.

Naturalmente que farei algumas observações dentro do foco da comercialização do produto turístico. Quero dizer que o nosso Presidente Antônio se sentiu muito honrado com esse convite, porque estamos aqui representando 27 associações estaduais, associações estas que representam as agências de viagem em cada Estado, 95% microempresas. Então, vejam a importância do segmento de turismo na empregabilidade em pequenas empresas. E que essas pequenas empresas, naturalmente não vamos discutir o porquê da mudança geral da comercialização do turismo não só no Brasil como no mundo, mas a necessidade que com essa representação que, certamente o Congresso poderá ajudar, teremos que ter um trabalho de manutenção, pelo menos nessas empresas, da empregabilidade, em função de uma série de ações que estão acontecendo no Brasil em desestímulo à atividade comercial das agências de viagem.

Quero lembrar inicialmente dois assuntos que têm muito o que ver com aviação.

Primeiro, estamos vendo, como apresentou o representante da CNC – e não vamos fugir da importância da aviação regional – que, ontem, tínhamos a informação de que, para o ano de 2015, deve se subsidiar passagens aéreas em R$600 milhões. Só que a cada momento o sistema das companhias aéreas, com a comercialização dos seus produtos, o que vimos foi comissão zero para o agente de viagem, que estamos vendo a cada dia até a paridade das tarifas que são ofertadas via Internet para a comercialização dos agentes de viagem.

Isso, na verdade, para nós, é um desafio. Porque nós vamos ter que encontrar as alternativas para a sobrevivência. Nós temos que mostrar ao agente de viagem que ele terá que ser, antes de tudo, preparado para aquilo que a internet não pode informar e, principalmente, para prestar o serviço de olho no olho, que o cidadão precisa.

Mas, neste País, apesar de todo esse crescimento da internet, nós sabemos que tem muita gente ainda que precisa da informação e que esta não chegará somente via internet.

Então, o que nós pedimos, também, com relação à remuneração pelas cobranças das taxas aeroportuárias. Não é possível que, no Brasil, onde todas as companhias aéreas são remuneradas pela cobrança do uso dos seus aeroportos, que nenhum percentual, mínimo sequer, vá para os agentes de viagem que arrecadam, no mínimo, 70% dessas taxas aeroportuárias.

Então, esses dois assuntos, a meu ver, são assuntos importantes para a gente trazer ao Congresso. Mas, agora, eu prefiro, realmente, voltar ao tema, que é o tema que nos foi trazido para esta audiência, qual seja, a questão dos destinos indutores.

Inicialmente, nós queríamos dizer que a Abav considera que os 65 destinos indutores, que foram no Plano Nacional do Turismo inicialmente considerados, são de uma importância muito grande, porque, queira ou não, pela sistemática que o Ministério do Turismo implantou de avaliação da qualidade do turismo nesses Municípios, aquilo passa a ser quase que, diariamente, um desafio para a melhoria. Isso porque os Municípios não aceitam receber uma nota, em cada um daqueles pontos que são levantados no Ministério do Turismo, que, no próximo ano, ele não tenha, pelo menos, empatado ou melhorado.

Então, essa metodologia está, na verdade, melhorando sensivelmente a questão do turismo nacional na sua estrutura municipal e, principalmente, na conscientização dos administradores municipais e na conscientização do *trade* turístico.

Nesse ponto, nós queremos dar um exemplo, inclusive de Sergipe: Aracaju, a minha capital, na última avaliação, foi premiada pela melhoria nas suas condições de preservação ambiental. Você imagina a sustentabilidade que a nossa cidade começa a atingir? E em função de quê? De uma metodologia de análise e de aferição de como as coisas estão acontecendo.

Também, no Estado de Sergipe, nós queremos dizer que o Município de Canindé de São Francisco – e me refiro aqui ao Senador Kaká Andrade –, quando da administração de um parente seu, o Orlandinho, que era o prefeito, e da saudosa memória da Secretária de Turismo, Sílvia Oliveira, do que se pode fazer, em termos não só de divulgação, mas de estruturação, realmente, de um produto. Porque, é importante que a gente entenda que ter atrativos é uma coisa, mas transformar um atrativo turístico em um produto passa por uma série de ações, que somente com muito trabalho, que envolve governo e iniciativa privada, sem esquecer a questão local, a participação das pessoas, dos munícipes. Sem isso, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

E Canindé de São Francisco, como o Senador Valadares apresentou já na sua primeira palavra, com o Cânion do Xingó, virou um produto nacional. Um produto que o brasileiro que ainda não conhece, que o faça, entrando por Sergipe ou entrando por Alagoas, mas não deixem de conhecer o Cânion. E se pode entrar pela Bahia também, por Paulo Afonso, onde, inclusive, nós temos aeroporto. E é uma coisa importante, falar do aeroporto, porque aí nós chegamos exatamente à questão das regiões indutoras, que é a questão da necessidade de infraestrutura.

Nosso país recebe seis milhões de turistas internacionais, mas 90% de todo esse fluxo de turistas nacionais está no eixo São Paulo (80%) e Sul (20%).

Permitam-me fazer uma alusão a uma companhia aérea, que não é brasileira, mas é uma companhia aérea administrada por brasileiros, que descobriu o ovo de colombo, a TAP. A TAP, hoje, voa para mais de 20 destinos no Brasil diretamente da Europa, incluindo todo o Nordeste, incluindo o Norte, e com isso deu uma maior condição para que nós – e falo como nordestino, ouviu Senadora... Já fiz, inclusive, uma alusão a respeito, porque minha formação profissional foi feita toda na Bahia e minha família mora em Salvador, apesar de ser sergipano. Mas não podemos continuar com toda a infraestrutura de recepção turística brasileira, basicamente, em São Paulo e Rio de Janeiro.

Temos de mostrar que estamos, em termos do mundo dito mais desenvolvido, o mundo do hemisfério Norte... Nós temos o Nordeste todo aí, que, talvez, em relação aos atrativos turísticos de céu e mar, de praias, é a principal atração do Brasil, a CTI – NE tem mostrado isso. Mas nós ainda, para que possamos chegar a um destino como Fortaleza, para que possamos chegar a um destino como Salvador, via de regra, entramos por São Paulo. Nada contra os paulistas, mas em um momento de mudança que neste País há a promessa de acontecer, temos de ver a necessidade de observar desses pontos, e aí, sim, o Congresso é extremamente importante para isso.

Na questão que foi lembrada aqui referente às emendas parlamentares do Ministério do Turismo, é extremamente importante o trabalho do Congresso. Temos o exemplo do turismo de eventos. O Senador Valadares disse que conseguiu disponibilizar R$ 20 milhões, que serão aplicados agora em uma reforma de um centro de convenções em Aracajú, recursos oriundos de emenda parlamentar.

Se não tivéssemos esses recursos, certamente, dentro de um ano e meio ou dois, o Estado de Sergipe não teria a oportunidade de contar com um novo centro de convenções. E sem um novo centro de convenções, não teríamos a oportunidade de crescer no turismo receptivo. É um turismo em que, como foi dito, são gastos mais de US$120 por dia. É o turismo de eventos.

Então, acho que vamos crescer, efetivamente, com o turismo internacional vindo para o Brasil, com essas ações, que serão estruturais, com novos aeroportos, com treinamentos, com investimentos, todos eles necessários, em saneamento, segurança, educação, não só no eixo São Paulo, não só no eixo Foz do Iguaçu, não só no eixo Rio de Janeiro – e certamente o Rio ficará uma maravilha agora, inclusive, com as Olimpíadas. Mas que a gente pense também no Nordeste, que pensemos no Norte, que pensemos em outras regiões, como pensamos para a Copa. Que continuem os investimentos chegando.

E nós da Abav, que seremos os grandes responsáveis pela comercialização desses produtos, teremos de também ser lembrados não só como aquela associação de pequenos empresários. Mas quando eu vejo, inclusive, e me permita discordar um pouco da palavra do representante da ABA, Eduardo Sandwich, que o grande evento nacional do turismo é o Salão do Turismo.

O Salão do Turismo é realmente um grande evento, mas o maior evento de divulgação do turismo brasileiro e é a maior das Américas é a feira da Abav, onde, inclusive, o Salão do Turismo, por dois anos, já está incluído, e, diga-se de passagem, gastando-se talvez a metade dos recursos que se gastariam para fazer um novo Salão do Turismo.

Então, enxergando dessa forma o Ministério do Turismo, há dois anos consecutivos, apoia essa proposta que veio da Abav. Esperamos, e temos aqui o representante do Ministério, que possamos em 2015 continuar dentro dessa linha de pensamento e fortalecendo a Abav, como estamos fortalecendo, a exemplo do Salão do Turismo de Gramado e de outros eventos de grande porte que, realmente, divulgam o turismo nacional.

Para concluir, quero agora falar um pouco sobre o turismo nacional. Nós temos algumas ações, inclusive as relacionadas ao turismo da melhor idade, que é uma iniciativa, um programa também do Ministério do Turismo. Mas nós temos de entender que, com o nível de tarifas que estão sendo praticadas no turismo nacional, não teremos condição de concorrer com o internacional, e digo isso como agente de viagem.

Primeiro, é um sonho de todo brasileiro viajar para o exterior. Segundo, a classe média, que atingiu a classe C agora e que inicialmente já viajou alguma coisa em nível nacional, também tem o sonho de fazer viagens internacionais. E nós vemos na Argentina, com a sua moeda degrada em relação à nossa, os estímulos que são dados para que os brasileiros vão à Argentina.

Temos aqui, por dizer, tão perto, porque a Miami e a Orlando o brasileiro vai a toda hora, hotéis em que o brasileiro pode se hospedar por US$20,00 ao dia. Agora, vamos analisar se o brasileiro pode viajar.

Estou hoje sendo pago aqui, em Brasília, pela minha entidade. Eu vi quanto estou pagando hoje aqui. Estou pagando R$450 para ter entrado ontem, às 9 horas da noite, e ter saído hoje às 9 horas da manhã. Mas essa prática acontece no Brasil todo. O porquê vamos discutir com a sociedade.

Será que a tributação está muito grande? Será que os estímulos de financiamento não estão acontecendo? Ou será que o empresariado também está ganhando demais?

Eu acho que isso tem de ser discutido no Congresso.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JOÃO DE SOUZA ÁVILA** – E nós temos, com certeza, de encontrar o grande caminho de desenvolvimento do turismo brasileiro.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos pela apresentação da Abav.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Muito obrigado, Dr. João Ávila, nosso patrício, amigo, que discorreu, com muita propriedade, sobre a área que ele entende. Nota dez ao seu pronunciamento.

Agora, nós convidamos o Dr. José Osório Naves, para fazer a sua exposição.

**O SR. JOSÉ OSÓRIO NAVES** – Vou fazer os cumprimentos e o abraço ao Dr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da CNTur, ao Senador Valadares, à Senadora Lídice da Mata. Infelizmente, ele não pôde comparecer, mas está aqui presente, através de nossa pessoa.

Quero cumprimentar o Dr. Alberto Alves, que é o Vice-Ministro do Turismo, os nossos companheiros de mesa que aqui estão, em especial os Senadores presentes, e uma saudação especial ao João Ávila, que é o Presidente do Conselho de Turismo da CNTur, em Sergipe. Ele tem feito um excelente trabalho, inclusive, valorizando nossa entidade naquele Estado, tão bem representada pelos Senadores, neste momento.

Tenho uma informação, antes de começar a falar especificamente do tema. A CNTur vive hoje uma realidade importante, com reconhecimento, por decisão Colegiada do Supremo Tribunal Federal, de 14 de setembro de 2014, credenciando-a como entidade representativa de Confederação Específica do Turismo no Brasil.

Hoje a CNTur conta com sete federações de turismo filiadas. A partir deste ano, em seu fórum nacional, durante o 26º Ciat (Congresso Internacional de Hospitalidade, Alimentação e Turismo), iniciou um amplo debate nacional com representantes dos 26 Estados e o Distrito Federal sobre uma nova política pública de desenvolvimento real do turismo brasileiro.

Então, a partir do ano que vem, estaremos fazendo fóruns e debates em todos os Estado do País, discutindo o turismo como fórmula de inclusão social, como fórmula de captação de novos recursos e investimento; além de tudo, consolidando-se como atividade econômica.

Srs. Senadores, srs. presentes, o art. 180 da Carta Magna do Brasil preconiza que: "Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico."

Com foco no enunciado acima, em face das políticas públicas de turismo atualmente praticadas no Brasil, há que se repensar esse modelo de gestão em função da própria dinâmica da atividade e da reformulação das estratégias de desenvolvimento sustentável, agora voltadas para a regionalização.

Se, de um lado, o Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo, apresenta hoje uma estrutura institucional apta a planejar as diretrizes norteadoras e estruturantes do Programa Nacional de Regionalização do turismo; de outro, os Estados e Municípios ainda enfrentam dificuldades e obstáculos para aplicar e dar continuidade, em seus limites políticos e territoriais, às diretivas prescritas e aplicáveis em suas respectivas conjunturas.

Os grandes gargalos que têm emperrado o desenvolvimento do setor, a meu ver, se esteiam em seis itens que provocam o estacionamento estatístico do turismo brasileiro, que há mais de 20 anos não vê crescer além dos 5 milhões o fluxo de seu receptivo internacional, empacado nesse receptivo ao turismo estrangeiro.

Dificuldades de crescimento:

1. A distância dos grandes centros emissivos. Como disse o Papa Francisco, estamos no fim do mundo, referindo-se à Argentina, que é nossa vizinha. A distância dos maiores centros emissivos é o maior obstáculo. Isso torna o Brasil um destino extremante caro, um dos mais caros do mundo e, consequentemente, desestimulante a travessia do Atlântico.

2. Má qualidade de serviços. A má qualidade da mão de obra e dos serviços turísticos, no geral, também serve como desestímulo aos viajantes, cada dia mais exigentes. A qualificação profissional no País é de grande deficiência. Não há cursos de formação profissional específica para a área do turismo, e o que é disponível através do Sistema S do comércio, sem discutir sua boa qualidade, torna-se inacessível pelos preços cobrados, ante a baixa remuneração que o setor oferece. O melhor exemplo foi o que se viu durante a Copa de Futebol de 2014, quando esse assunto ficou, realmente, latente.

3. Infraestrutura ineficiente. Carência absoluta de infraestrutura urbana, quer na acessibilidade, como na mobilidade aos locais turísticos. Na cabeça dos administradores municipais, acessibilidade se resolve apenas com a construção de rampas para cadeirantes, mas não conservam as calçadas e sequer se lembram dos deficientes visuais, da falta de sinalização e sonorização, além do transporte público de péssima qualidade.

4. Falta de simbologia específica ao turismo brasileiro. A propaganda e a divulgação são fracas no exterior. Nossas peças promocionais na mídia americana, asiática e europeia são de grande qualidade visual, mas de pouco convencimento. Não elegemos nenhum símbolo como nossa atração turística. Geralmente essas peças tornam-se um verdadeiro pastel com excesso de informações que não despertam interesses específicos sobre as belezas do País. Misturam Cristo Redentor com Cataratas do Iguaçu, praias com o Pantanal, a Amazônia e cultura com o Carnaval, isso em uma só peça de marketing. Então, torna-se confusa essa divulgação que pretendemos.

5. Pontos de Estrangulamento. Esses empecilhos, em grande parte, refletem a ausência de recursos humanos capacitados e qualificados para absorver, entender e compreender os novos paradigmas, trabalhando-os no sentido de harmonizá-los e compatibilizá-los com a realidade e especificidade locais, bem como os instrumentos operacionais disponíveis. O que constatamos é a urgente sinergia entre as áreas operacionais do próprio Ministério do Turismo e destes com os Estados, Municípios, instâncias de governança e atores locais, além da necessidade de maior descentralização de recursos.

6. Atividade intersetorial e ação do Governo. Turismo pressupõe, para seu desenvolvimento sustentável, atitudes e ações de transversalidade e intersetorialidade. Portanto, precisa de ação conjunta obrigatória e integrada no seio do próprio Ministério, entre os demais Ministérios, Governos dos Estados, Prefeituras, Municípios, Consórcios de desenvolvimento regional, organizações sociais e a imprescindível iniciativa privada, bem como da área sindical. Vale lembrar que a gestão compartilhada e descentralizada está em construção no País.

Regionalização do Turismo:

As ações do Ministério do Turismo – por meio de suas Secretarias Nacionais de Políticas e de Programas de Desenvolvimento do Turismo – têm se empenhado em estreitar relações de orientação, discussão e implementação desses novos paradigmas. Criou-se até mesmo um órgão interlocutor que traduz-se como ponte entre o Ministério, os Estados e os Municípios – o Fórum Nacional de Secretários de Turismo, a fim de ampliar o debate e explicitar ao ente responsável pelas políticas públicas de Turismo, em cada Estado, a execução de políticas de turismo e seus Programas de Regionalização e Desenvolvimento Sustentável. No entanto, o que constatamos até o presente, por parte do interlocutor, é a ausência de institucionalização da política inovadora e adequada para o desenvolvimento do turismo nos respectivos Estados para assegurar a cooperação com os Programas do MTur.

É fraquíssimo o desempenho da aplicabilidade dos mecanismos que fortaleçam a legitimidade das instâncias de governança, ou mesmo que as possam inspirar a sua implantação.

Gestão Compartilhada.

A Política Nacional de Turismo deve funcionar como o elo integrador entre as esferas de decisão governamental representadas pelos segmentos oficiais do sistema e os beneficiários e usuários dessa política.

Todavia, o Poder Público pode desestimular a iniciativa privada ao criar instrumentos legais sem captar a fundo a essência da atividade turística.

Esses instrumentos, em face de sua multiplicidade, podem criar dificuldades operacionais para as empresas que atuam no Turismo, que precisam ser constantemente analisadas e avaliadas no que concerne a políticas públicas.

Legislação do Turismo.

Turismo de fato se desenvolve e funciona dentro de uma estrutura legal que pode ser dividida em duas partes.

A primeira é a legislação, agora mais configurada com a Lei Geral do Turismo, que regula os setores do Trade com o Turismo e que normalmente não é pensada como tendo resultados turísticos, mas que afeta inevitavelmente as operações nesse setor.

A segunda parte é a legislação turística stricto sensu – as leis e regulamentos direcionados ao setor, que lidam com a operação e o gerenciamento de empreendimentos turísticos –, como: as regulamentações no transporte e operações de serviço de viagem; taxas especiais de embarque e desembarque de passageiros; incentivos financeiros e fiscais; uso e ocupação do solo e outros recursos naturais para o desenvolvimento e geração de demanda de Turismo.

Com tudo isso, torna-se fundamental que o setor privado participe desse processo por meio do Conselho Nacional de Turismo e, principalmente, de sua entidade de classe que representa especificamente todo o setor que é a CNTur (Confederação Nacional do Turismo).

Gestão Empreendedora.

É fundamental destacar que estamos vivendo tempos de transformação, isto é, passando de um modelo burocrático, prestador e concessionário de serviços, para um modelo empreendedor, a formatação dentro de uma ordem de corresponsabilização solidária a que o Estado deve prestar decisiva colaboração em conjunto com as empresas privadas e as organizações sociais.

Existem diversos cenários em que os interesses dos setores público e privado convergem a uma séria parceria essencial para três objetivos principais: adequar a região às exigências da sociedade; propiciar a reorganização dos serviços; favorecer a ação conjunta entre a organização e o voluntariado.

Consciência do cidadão.

A consciência de cidadania, cada vez mais presente na sociedade atual, exige que o Governo descubra melhores alternativas para o desenvolvimento das ações de interesse público.

Esse fenômeno é definido como a transformação do Estado gestor para o Estado regulador, ou seja, o que se preocupa com os limites da atuação da iniciativa privada na realização de serviços de interesse público.

Investimentos e financiamentos.

O turismo, neste próximo decênio do século XXI, exige solucionar os conflitos de uma maneira construtiva com uma ampla participação de todos os envolvidos. Por sua vez, também exige o desenvolvimento de novos mecanismos para a tomada de decisões. Isso, com base em uma nova governabilidade eficaz, manifestando a definição de políticas em um novo marco de proteção de direito de propriedade dos indivíduos.

A multiculturalidade gerenciada por meio de processos de participação social e de planejamento participativo facilita os esforços de ajuste de um destino às tendências sociais e de turismo, e cria as bases para se obter benefícios para todos os autores.

A adoção de modelos – como o de competitividade baseada em preços –, que nem sempre tem sido bem instrumentada, e que, em outras ocasiões, não tem dado os resultados mais adequados aos interesses dos países que adotam, não reconhecendo explicitamente que os lucros vêm das pessoas – entes trabalhadores do setor – e não somente dos atrativos naturais e culturais da produção turística.

Assim, concluímos que o turismo há que se desenvolver através de políticas de investimento e financiamento do setor, orientado basicamente para apoiar o desempenho de grandes empresas, mas que forneçam, essencialmente ao pequeno e médio empreendedor, mais estabilidade.

O turismo deve ser impulsionado como atividade de inclusão social...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JOSÉ OSÓRIO NAVES** – ... a ser reconhecido como um direito e uma necessidade para todos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Obrigado, Dr. José Osório Naves.

Em seguida, passamos logo a palavra ao Sr. Jun Alex Yamamoto para fazer a sua exposição.

**O SR. JUN ALEX YAMAMOTO** – Bom dia a todos!

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Valadares e agradecer, desde já, o convite para esse importante momento do desenvolvimento do turismo brasileiro; cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, pela qual eu cumprimento todas as mulheres aqui presentes, e parabenizar por dois motivos: um pela escolha do tema, a estruturação de destinos turísticos no Brasil, e, em segundo, pela escolha dos participantes aqui tão qualificados.

Cumprimento os demais Parlamentares presentes, o Senador Kaká Andrade, e cumprimentar também a competência do Marcos Guevara, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Dos meus amigos aqui, colegas do Executivo, cumprimentar o Secretário Alberto Alves, grande defensor da estratégia do Ministério do Turismo, assim como cumprimento os colegas do Executivo Federal, demais conselheiros do CNT e demais profissionais presentes.

Cumprimento aqui também, parceiros aqui da mesa, Secretário Neusvaldo Ferreira, Alexandre Sampaio de Abreu, José Osório Naves, pelo qual cumprimento o Presidente Nélson Abreu, e João de Souza Ávila, pelo qual estendo os cumprimentos ao Presidente Antônio.

Bem, a apresentação do Ministério do Turismo se dará aqui em duas partes principais. Na primeira parte, se nos permitem, falar um pouco do planejamento do Ministério do Turismo e, na segunda parte, falar especificamente das políticas e das ações que compõem a política de estruturação de destinos do Governo brasileiro.

Um dos grandes papeis nossos é ser guardião e manter a estratégia do desenvolvimento do turismo no Brasil, e isso se dá de duas formas principais. A primeira delas se dá com esses parceiros, já citados anteriormente, do Sistema Nacional de Turismo, da gestão descentralizada. E a gestão do turismo não se dá somente no Governo Federal; ela se dá também em âmbitos descentralizados com as UFs – Estados, regiões e Municípios –, onde hoje temos representantes e interlocutores.

Queria destacar um papel importante aqui como guardião da estratégia do Ministério do Turismo, considerando que ele é um ministério ainda bastante novo, é um ministério de 11 anos, então os resultados para o desenvolvimento do turismo brasileiro perpassam aí a busca de objetivos a médio e longo prazos. E um grande parceiro nosso na defesa e na guarda dessa estratégia é, sem dúvida alguma, o Conselho Nacional de Turismo, representado aqui pelos demais conselheiros.

E um segundo ponto, a segunda forma de guardarmos essas estratégias é através dos instrumentos de gestão, instrumentos da gestão estratégica do Ministério, e vou passar aqui para vocês rapidamente quais são eles.

O primeiro PPA 2012/2015, citado anteriormente, é um compromisso do Ministério do Turismo com a sociedade brasileira. No próximo ano, nós teremos uma janela importante, uma janela de oportunidades muito importante que é a revisão do próximo plano plurianual, que faremos de forma participativa, sem dúvida alguma.

Um segundo ponto bastante importante é o Plano Nacional de Turismo, que representa o acordo firmado entre o setor público, que é o Ministério do Turismo, juntamente com o setor produtivo, representado pelo Conselho Nacional de Turismo. Esses esforços convergem naturalmente para o alcance dos objetivos traçados no Plano Plurianual.

E um terceiro instrumento também bastante importante é o planejamento estratégico do Ministério. Na sua versão, a edição 2012/2015, a primeira edição, desenvolvida pelos próprios servidores do ministério, ele pactua o que o Ministério do Turismo precisa para atingir os objetivos preconizados no Plano Nacional de Turismo, que é o compromisso do setor público com o setor privado, para atingirmos os objetivos efetivamente traçados no PPA 2012/2015.

Esse planejamento estratégico apresenta para a gente um referencial estratégico, que define – e isso foi definido, de forma participativa, com os servidores do ministério – missão e visão. É uma visão que praticamente deve ser compartilhada não só dentro do Ministério do Turismo, com sua equipe técnica e seus gestores, mas também com o Conselho Nacional do Turismo e com a parceria, sem dúvida alguma, do Congresso, que é a visão de atingirmos o posto de terceira maior economia turística até 2022.

O mapa estratégico também aponta quais são os aprendizados em inovação na parte interna do Ministério, o que precisamos desenvolver, quais processos precisamos trabalhar e quais resultados precisamos atingir para, efetivamente, construirmos esse caminho, traçarmos esse caminho até atingirmos essa posição de terceira maior economia do Planeta na área de turismo.

Temos também, como instrumento de gestão, que nos ajuda a proteger a estratégia do Ministério do Turismo a médio e longo prazos, os planos de ação. Esses planos de ação representam um desdobramento do planejamento estratégico em quatro partes importantes, em quatro quartos. Entraremos agora, em 2015, no último quarto desse planejamento estratégico. Ele representa hoje 47 iniciativas e 51 indicadores, que é o esforço do Ministério do Turismo, monitorado trimestralmente pela alta gestão da pasta.

Também consideramos o esforço individual dos servidores do Ministério. Como vocês podem perceber, a gente começa desde o PPA, o plano nacional, que é o pacto com a iniciativa privada, passamos pelo planejamento estratégico, que é esforço de como atingiremos esses resultados, e também medimos o esforço dos servidores, para que a gente consiga atingir, então, os resultados dos Planos de Ação.

Por último, a cada quatro anos, desenvolvemos um documento chamado Documento Referencial, que serve como base para atualização dos instrumentos de gestão do próximo ciclo. Entraremos o ano de 2015 com uma missão bastante importante, de atualização desses instrumentos de gestão e do documento referencial, que é construído juntamente com a sociedade, representada pelo Conselho Nacional de Turismo, que nos orienta nesse ponto: qual caminho devemos percorrer.

Todos esses instrumentos são monitorados pelo Ministério do Turismo, pelos seus gestores, através do nosso sistema de monitoramento e desempenho. Temos seis sistemas de monitoramento...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Peço licença ao nobre convidado debatedor, pois tenho que me retirar momentaneamente para a Comissão de Justiça, onde tenho que participar da votação neste momento. Peço licença a todos.

Peço à nobre Senadora Lídice da Mata que ocupe a Presidência para a continuidade dos nossos trabalhos.

Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Pode continuar, por favor.

**O SR. JUN ALEX YAMAMOTO** – Continuando, temos o monitoramento de todos esses instrumentos. Nós apresentamos anteriormente, ele se dá por meio de um sistema de monitoramento e está disponível não somente para os gestores do Ministério do Turismo, mas ressaltamos que todos esses instrumentos estão disponíveis no portal do Ministério do Turismo para acesso livre de todas as informações, para toda a sociedade brasileira.

Dando seguimento, ressaltando que na parte do Plano Nacional de Turismo nós temos algumas diretrizes, já entrando no tema específico da estruturação de destinos. Uma das diretrizes do Ministério do Turismo, por meio do Plano Nacional de Turismo, é o Programa de Regionalização. Esse Programa de Regionalização faz parte de um pacote de esforços do Governo Federal para estruturação de destinos e é composto de um tripé. Somados a ele, o Programa de Regionalização, temos o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) e o Programa de Infraestrutura Turística. Esses dois últimos serão apresentados com maior propriedade pelo Secretário Neusvaldo.

Contando um pouquinho aqui do histórico do Programa de Regionalização, o Ministério do Turismo, como foi abordado anteriormente, tem cerca de 11 anos. Contudo, a política com enfoque territorial, considerando que o Brasil é um País de dimensões continentais, já tem mais de 20 anos. Surgiu com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, numa onda de municipalismo, na década de 90. Posteriormente, veio o Ministério do Turismo, em 2003. Em 2004, como orientação da Organização Mundial do Turismo, o Governo passou não somente a trabalhar com Municípios, contando que temos mais de 5.500 Municípios, mas trabalhamos, então, com regiões turísticas. Então, a partir de 2003, o enfoque territorial se deu por meio das regiões, não somente pelos Municípios. Em 2004, então, surge o Programa de Regionalização do Turismo. Em 2010, uma ampla revisão desse programa. Em 2013, então, são lançadas as novas diretrizes do Programa de Regionalização, as quais já foram aqui mencionadas anteriormente.

Essas diretrizes estão disponíveis também para consulta no Portal do Ministério do Turismo. Cabe ressaltar que ela foi fruto de uma ampla discussão com a sociedade, seja com as Secretarias de Turismo dos Estados, seja com os destinos indutores, seja com a Academia. Isso foi um amplo processo de debate, até porque o Programa de Regionalização não é construído sozinho; seu instrumento em essência é trabalhar de forma descentralizada e, inclusive, culminou numa consulta pública, em que tivemos mais de 400 contribuições para, enfim, fazer o seu lançamento no Encontro Nacional de Turismo, de 2013.

Cabe ressaltar também aqui alguns parceiros do Programa de Regionalização dessas novas diretrizes, dos quais destacamos a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que também foram parceiras nesse momento da construção desse importante instrumento político para o desenvolvimento do turismo, no nosso País, e que foi lançado, repito, no Encontro Nacional de Turismo.

Mas o que é, efetivamente, essa diretriz ou o que ela representa? O objetivo principal é apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada.

O que ocorria anteriormente? Em 2010, após uma grande avaliação realizada nessa política de estruturação de destinos, representada pelo Programa de Regionalização, percebeu-se que o Ministério do Turismo vinha desenvolvendo uma série de ações – e não cabe aqui julgar a qualidade das ações, que as ações eram bem avaliadas pelos gestores locais, estaduais, municipais e regionais, pela própria sociedade –, contudo, essas ações, esses esforços ocorriam de uma forma desorganizada, de uma forma desalinhada. Nós entregávamos, às vezes, o mesmo remédio para todo mundo sem saber a necessidade real de cada um dos entes – dos Estados e dos Municípios, e dessas associações que faziam parte, à época dos nossos clientes.

Bem; essas entregas foram amplamente discutidas e organizadas, então, em oito eixos estruturantes, entre os quais destacamos a gestão descentralizada do turismo. E, quando nós olhamos esses oito eixos estruturantes, nós podemos pensar no ciclo de desenvolvimento do produto turístico, tão bem mencionado antes pelos palestrantes anteriores, que falavam que a transformação do atrativo em um produto depende de uma série de fatores, e essa série de fatores está aqui colocada dentro desse ciclo.

A gestão descentralizada do turismo é o primeiro eixo; o planejamento e posicionamento de mercado, o segundo; a qualificação profissional do serviço e da produção associada, também citada em dois momentos aqui pelos palestrantes anteriores, inclusive aqui esse seminário de arranjo produtivo local faz parte desse contexto da produção associada. Empreendedorismo e captação e promoção de investimentos também é muito necessário para o desenvolvimento da região; infraestrutura turística – e o Secretário Neusvaldo vai apresentar com maior detalhamento –, sem dúvida alguma, é peça fundamental, talvez a mais importante, equivale a 80% hoje dos esforços do Ministério do Turismo. Ainda: informação ao turista, promoção e apoio à comercialização. E, por fim, o monitoramento a fim de saber se o destino está indo bem ou não, se o destino turístico vem atendendo às necessidades e à satisfação das pessoas que o visitam.

Então, repetindo, um dos grandes esforços dessas novas diretrizes foi organizar todos os esforços e convergi-los para que eles, realmente, atinjam seus objetivos que é a estruturação dos destinos.

Bem, explicado o que é feito, explicamos, então, onde que se dá a atuação.

O Mapa do Turismo Brasileiro, na sua terceira edição, aponta hoje 303 regiões turísticas e 3.345 Municípios. Dentro do mapa do turismo brasileiro, atendemos praticamente quase todo o Território, e esse mapa aqui é construído de forma participativa, resultado de uma manifestação dos Estados, juntamente com suas regiões e Municípios turísticos, e passados para o Ministério do Turismo.

Então, aqueles pontos azuis representam as regiões turísticas brasileiras que constam do mapa, no radar do Ministério do Turismo, mas que não são atendidas – somente essas regiões, somente esses municípios –, mas, preferencialmente, se dá atenção maior para essas regiões, para esses municípios aqui listados no mapa do turismo brasileiro.

E, como que se dá a atuação, então, do Governo Federal, uma vez que já identificamos onde que nós fazemos a atuação? Bem, temos aqui o mapa, mas percebemos aqui que o mapa, que ele indica onde atuar. Então, o recorte territorial, mas ele não explica como atuar. Como se nós estivéssemos aqui num pronto-socorro, tivéssemos vários pacientes e, antes de perguntar o que ele sente, temos o diagnóstico, nós já vamos aplicando uma injeção do mesmo remédio em todos eles.

Então, é preciso agora avançar. E o estágio em que se encontra o Ministério do Turismo hoje no desenvolvimento dessa política é justamente identificar o que nós precisamos e como nós precisamos atuar nessas regiões. Isso só se dará por meio de um processo – e talvez o mais importante, o mais estratégico, eu penso, talvez desses últimos anos – que é o processo de categorização dos destinos das regiões turísticas.

Uma vez categorizado em níveis de desenvolvimento turístico, a gente consegue entender melhor qual a necessidade de cada um e promover a entrega ou ampla concorrência mediante um chamamento público dentro desse diagnóstico.

Bem, isto aqui é somente ilustração, mas uma vez que tenhamos um mapa categorizado, nós vamos ter um mapa que não indica somente onde, mas também como atuar e poderemos responder algumas questões como quais regiões e destinos prioritários precisam de ações de fortalecimento institucional. Aquela cidade, aquela região, aquele Estado que ainda não tem nenhuma Secretaria de Turismo, não tem um conselho instituído e a gente vai ter uma resposta no mapa identificando aqueles Estados e regiões que realmente precisam desse tipo de apoio e, diferentemente, quais regiões turísticas estão aptas a receber já ações de promoção e a comercialização que efetivamente são os Estados e regiões mais desenvolvidos. Temos Rio de Janeiro, Florianópolis, Aracaju, Salvador, que já são destinos consolidados e que precisam desse tipo de apoio. Muito ao contrário, alguns destinos ainda precisam preparar seu produto, qualificar seu pessoal, ter mais infraestrutura turística para poder efetivamente receber esses turistas. Aí, sim, ele estará apto para receber esses recursos de apoio de promoção e comercialização e teremos aqui uma suposição de um mapa somente ilustrativo que indicaria quais os destinos que estão num nível mais avançado para receber esses recursos, inclusive compartilhando com a nossa autarquia vinculada, a Embratur, podendo dizer: "Embratur, esses destinos estão prontos para uma comercialização e promoção internacional".

Todo esse grande desafio, talvez, – repito, o maior desafio nosso e o mais importante desafio do Governo Federal dentro dessa política do enfoque territorial, está aqui posto, mas temos também o competente Diretor Solto, que está aqui presente. Eu tenho certeza de que ele dará conta deste grande desafio que enfrentaremos no processo de categorização.

Por findar, apresento como que nós monitoramos hoje, o que já existe hoje – naturalmente existirão novos instrumentos para monitoramento dessas políticas para verificação se esses esforços estão dando os resultados que esperamos. O monitoramento hoje se dá já mediante o índice de competitividade do turismo nacional, tão bem exposto pelo Diretor João de Souza Águila, da Abav, que expõe realmente um estudo do Ministério do Turismo que busca esses indicadores dentro dessas 13 dimensões. A gente realiza esse estudo já dentro de uma série histórica – acredito que já entrando na sua 5ª edição – para verificação de como que se está dando essa competitividade.

Isto aqui também faz parte dos objetivos e metas do Plano Nacional, assim como indicadores do nosso PPA.

Por fim, as ações diretamente ligadas que compõem, além da regionalização, o tripé da estruturação de destinos, que é o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) e o Programa de Infraestrutura Turística, o que já faz parte da apresentação do Secretário Neusvaldo.

Agradeço a atenção de todos e devolvo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Muito obrigada.

Passo a palavra ao Sr. Neusvaldo Ferreira Lima, que já vai se utilizar da própria apresentação que o Sr. Jun Aléx estava usando pelo Ministério do Turismo.

**O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA** – Bom dia a todos!

Cumprimento a Senadora Lídice da Mata, em nome de quem eu cumprimento os demais parlamentares aqui presentes, meus colegas aqui da mesa, toda a plateia, colega do Ministério, mídia, a quem nos assiste de casa, no seu gabinete.

Vamos conversar um pouco sobre dois programas. O Jun já fez uma introdução, informando as circunstâncias e de que forma o Ministério vem trabalhando ultimamente. Nós vamos nos deter em dois dos programas de desenvolvimento que contemplam, de forma mais forte, a infraestrutura.

É importante fazer uma observação: nós ouvimos os depoimentos dos demais colegas... Esqueci-me de cumprimentar o nosso nobre amigo Alberto Alves, nosso Secretário Executivo, nosso Vice-Ministro do Turismo, meu grande amigo.

Então, só para responder, de certa forma, para entrar no espírito da discussão, nós entendemos que fazer gestão em turismo é eminentemente se articular e é dessa forma, sob a orientação do nosso Ministro Vinícius Nobre, que a gente tem conduzido as nossas ações.

Então, voltamos a atuar de uma forma mais incisiva, proativa, junto às instituições do Trade Turístico. Com certeza, a expectativa é a de, a partir de agora, aproveitando-se o momento que o turismo nacional experimenta, com certeza melhorar os índices que os senhores falaram e que almejam para o turismo.

Então, vamos nos deter um pouco mais. Eu pediria a próxima transparência. É o meu mesmo.

Vamos começar, conversando um pouco sobre o Prodetur. Alguns ou quase todos já conhecem o que é o Prodetur. Mas, enfim, vamos falar um pouco mais sobre o que significa o Prodetur para o turismo nacional.

Foi o primeiro esforço de sistematização de programa de desenvolvimento em nome do turismo. Ele já significa hoje uma escola para quem lida com a estruturação de destinos e para quem lida com o planejamento da gestão em turismo, porque contempla não só a infraestrutura de uma forma bastante forte, mas estudos básicos sobre as localidades, sobre os locais que têm potencialidade para o turismo. E, claro, ele contêm toda uma teoria, por isso digo que é uma escola.

A gente sabe que o turismo como preocupação de Governo é bastante recente e como área acadêmica também. Esse programa vem servindo de referência e de laboratório, desde o início, para a área acadêmica. Então, a gente vem experimentando desde o início. Isso significa uma evolução, passando-se por alguns momentos de indefinição. Mas recentemente, através do Prodetur, da fase nº 3 do Prodetur, ele se concretizou, realmente, como escola de gestão em turismo.

Claro, ele se articula fortemente com a política nacional do turismo, no sentido de consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, aliando investimentos regionais, estaduais e municipais ao modelo de desenvolvimento.

Foi concebido inicialmente para preparar os Municípios e os Estados, com vistas a contraírem empréstimo externo, e mais recentemente a gente vem abrindo esta possibilidade de eles terem como fonte outros recursos, especialmente os recursos da própria União.

Então, vou ter de abrir aqui um parêntese, para dizer que todo o sucesso, não só do Prodetur, mas especialmente do Programa de Apoio à Infraestrutura Turística – claro –, se baseia na aplicação forte de uma equipe técnica dedicada, de profissionais que estudam no Prodetur e que atuam também no programa de infraestrutura, de uma forma bastante profissional e, como disse, sistemática, seguindo uma escola; mas especialmente porque se tem um grande parceiro. Então, tenho de fazer referência a esse parceiro, que é o Congresso Nacional.

Nossa forte atuação se dá em decorrência da aquiescência do Congresso Nacional ao nosso apelo, dessa parceria. E continuo fazendo aqui um apelo, como iniciou o Ministro Mares Guia. Seguindo a orientação do nosso Ministro, do Dr. Alberto Alves, é importante que os senhores se lembrem das ações de turismo na hora de apresentarem suas emendas.

Nós temos bastante subsídio já decorrente dessa escola – digamos – de formação. Nós temos hoje a indicação de projetos específicos, que concorrem para estabelecer, dentro da teoria que o Dr. Jun já explicou aqui, de toda a sequência estratégica e cronológica e regionalizada, o que é ideal para implantar hoje nas diversas Regiões do País.

Então, vai ser interessante essa nossa articulação – não é, Dr. Alberto? – a partir de agora, até que se concretize o período de apresentação das emendas parlamentares.

Nesse sentido, temos conteúdo para apresentar para os senhores, temos projeto concebido de forma consubstanciada com um componente técnico bastante forte, com a participação da academia.

Só para dar um histórico, o Prodetur/NE I, que atendeu, inicialmente, só à Região Nordeste; o Prodetur/NE II, que atendeu ao Nordeste, a Minas e ao Espírito Santo, esses programas significaram o empréstimo de recursos do Banco Interamericano – o NE I, US$400 milhões; o NE II, cerca de US$270 milhões, sem contar as contrapartidas.

Nós fizemos também outros ensaios. Como falei, esses outros não evoluíram regionalmente. Então, o Prodetur Sul, o JK e o Proecotur ficaram mais no planejamento e com alguma ação de menor expressão – digamos assim –, realizada regionalmente.

Finalmente, o Prodetur nacional, concebido a partir de uma assinatura, de um memorando de entendimentos ainda no exercício de 2008, com previsão de execução da sua programação a partir de dez anos, até dez anos. Quero dizer que os contratos podem ser assinados até 2018 pelo memorando de entendimentos. Claro que ele contempla uma programação já desde o início, com a participação de 18 Estados da Federação. A previsão de recurso, só de empréstimo, é de US$$1 bilhão, empréstimo do Banco Interamericano, e está em pleno processo de execução. Em alguns casos, alguns Estados já estão até concluindo obras e, em outros casos, nós estamos ainda em fase de negociação dos projetos.

Só para poder expressar aqui esse componente mais acadêmico, mais técnico, os programas, especialmente o Prodetur, têm uma linha de atuação que se expressa por componentes. Então, o componente de melhoria do produto, especificamente... Foi dito aqui e nós sabemos que, para que nós tenhamos um produto, é preciso trabalhar o atrativo. E é esse componente inicial contemplado no Prodetur.

Depois, o componente de promoção e comercialização; de fortalecimento institucional; a parte de infraestrutura e serviços básicos, a principal demanda, a grande demanda do País hoje; e a parte de gestão ambiental, que é mais uma demonstração de que o Brasil segue os princípios da preservação ambiental, a nossa preocupação com a questão ambiental, mesmo quando tratamos de questões que não contemplam poluição, como é o caso da indústria em si. Isso significa que estamos em dia, em nível mundial, com as políticas de preservação.

O Prodetur é realizado a partir da elaboração de planos de desenvolvimento integrado e sustentado, planos locais. O instrumento inicial é este, o PDITS, que é aquele estudo de que eu falei em que se processa uma série de interlocuções e de contatos entre a área política e a área técnica, especialmente os componentes mais acadêmicos. É um instrumento, como está dito ali, de planejamento do turismo em uma área geográfica selecionada, com o objetivo de orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo bases para a definição de ações, prioridades e tomada de decisão sobre o que fazer a partir desses estudos.

É importante aqui colocar e enfatizar como se processa a elaboração dos PDITS: a partir de um plano de trabalho, a definição de objetivos, um diagnóstico estratégico com a participação da sociedade, o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento, um plano de ação, com oficina. Depois esse documento, em caráter preliminar, é colocado em audiência pública em todos os seus componentes. E, assim, nós temos como consequência a versão final dos PDITS.

Eu não sei se a colega trouxe aqui um PDITS. Eu queria mostrar para vocês o que é um PDITS objetivamente. Na realidade tem uma expressão física e é resultado de todo um trabalho. Ele faz parte de um processo de investimentos. Não é custeio; é investimento, porque contém um componente técnico que pode ser aproveitado a qualquer momento.

Os resultados alcançados através do Prodetur nacional foram realizados em polos de desenvolvimento: 32 PDITS com recursos do próprio MTur, mais 13 com recursos dos Estados e Municípios. PDITS elaborados por Municípios específicos estão ali: 115 com recursos próprios, 219 elaborados por meio de convênios com o MTur, e 24 ainda em elaboração, envolvendo 358 Municípios.

Muitos desses PDITS já resultaram, é claro, em insumo para os empréstimos junto ao Banco Interamericano. As indicações de muitos deles já estão em execução e as de outros não. Então, são esses que não estão executados ainda que podem suscitar ações de complementaridade, algo que já vem sendo feito, que nós pretendemos ofertar para o Congresso Nacional nesse período de emendas parlamentares.

Eu quero dizer o seguinte: nós vamos estabelecer um processo de articulação com os Srs. Parlamentares e as suas assessorias, colocamo-nos desde já à disposição, porque nós temos o que oferecer, em conteúdo, para as suas emendas parlamentares.

Também na linha dos resultados alcançados, é importante dizer que esse programa, o Prodetur, não contempla especificamente infraestrutura. Então, nós temos a parte de fortalecimento institucional, planos diretores, planos de *marketing.* Como nós falamos, avaliação ambiental, com esses resultados já consagrados.

Estamos apresentando resultado dos recursos já aplicados através do BID ou da Corporação Andina de Fomento, que foi uma alternativa buscada especialmente pelos Municípios de Fortaleza e de Manaus, dentro daquele propósito de atingir US$1 bilhão de empréstimo, além da contrapartida local.

É importante aqui dizer. Para o Prodetur, existem algumas condições. Eu queria abrir um parêntese para quem nos escuta: façam uma visita ao *site* do Ministério do Turismo. Há muita informação interessante. Todas essas publicações que o Dr. Jun apresentou aqui estão dispostas para leitura, e é uma leitura rica e, com certeza, vocês vão ter muita informação do que nós fazemos, do que é necessário fazer, e, é claro, para quem é estudante e precisa conhecer um pouco mais sobre o turismo.

Por que estou dizendo isso? Porque essa Portaria nº 112 também está lá. É nossa cartilha do a, b, c. O Ministério, de certa forma, regulamentou toda a sua ação em todas as suas vertentes, não só para obras mas para as demais ações que o Ministério executa por meio dos seus recursos orçamentários. Ela regulamenta toda a transferência de recursos.

No caso do Prodetur, as exigências que se colocam são essas. O Prodetur não se estende a todo o espaço geográfico. Ele tem algumas limitações. Não é o caso do outro programa de infraestrutura turística. Então, o Prodetur se limita aos Municípios com mais de um milhão de habitantes, às capitais de Estados e, enfim, possui toda uma sistemática de apresentação de propostas, em princípio.

Então, outra coisa que é uma decisão recente, e não ocorreu no Prodetur I e II, agora, o recurso federal, o recurso do Ministério do Turismo não se presta a bancar contrapartida do empréstimo no BID. Isso foi retirado. Já existiu, mas hoje não mais.

Agora, o outro programa de que falei. Esse se estende por todo o espaço territorial do País, em princípio, também, claro, tem regras específicas. Então, esse programa de infraestrutura turística... Na realidade, cada um dos programas, do ponto de vista da execução orçamentária, são ações orçamentárias. Do ponto de vista programático, chamamos de programa.

Essa é a ação que contempla o maior volume de investimentos do Ministério, notadamente, como já falamos, só emendas Parlamentares. É um programa que se desenvolve nos Municípios brasileiros por meio da adequação, principalmente da infraestrutura como suporte para a expansão da atividade turística, melhoria da qualidade do produto bem como a consecução dos objetivos do Plano Nacional do Turismo, de que o Dr. Jun já falou aqui.

A tipologia de obras. Isso é dispositivo da Portaria nº 112. Não vou enumerar uma a uma. É leitura, e os senhores poderão ver que há uma grande variedade de obras de infraestrutura e de suporte aos destinos turísticos. É, claro, todas têm que estar associadas a esses destinos, e essa avaliação a equipe técnica faz no momento da avaliação. Importa dizer que esse programa tem como suporte recursos orçamentários da União. O programa de infraestrutura não é vinculado à ação do BID, é especificamente recurso orçamentário da União.

Vou mostra aqui a expressão dos nossos números. É importante os senhores saberem. Nós saímos, em 2004, com aporte de R$175 milhões. Esses são recursos empenhados. Chegamos a R$1,9 bilhão em 2013. Nós estamos, ainda, em processo de execução de 2014, mas todos já sabem que, neste ano, estamos executando preponderantemente o orçamento impositivo, e é, no orçamento impositivo, que vamos tentar ampliar a nossa linha de atuação nessa articulação com os Srs. Parlamentares.

É importante ver ali a evolução. Entendo isso como resultado que foi colocado aqui. Esse é o resultado da implantação do Ministério. Não há outra forma de ver.

A partir da atuação, da ação, como ação de Governo, sistemática, a gente passou a ter também uma melhoria na infraestrutura de um modo geral. Isso aí é tudo recurso em infraestrutura.

Nós elencamos aqui também um dispositivo da Portaria nº 112. Quais as condições gerais que se aplicam especialmente à infraestrutura e, claro, também ao Prodetur? São orientações gerais, mas nós temos orientações específicas para as ações de infraestrutura, mas é importante dizer aí que os Municípios que fazem parte... Isso é ação preponderante, não é exclusiva. Quer dizer o seguinte: quem não faz parte dessas condições não está obrigatoriamente excluído. Isso aqui é a nossa ação prioritária.

Municípios que fazem parte do Mapa de Regionalização do Turismo; Municípios que possuem órgão oficial de turismo, plano de desenvolvimento do Turismo e órgão colegiado composto por representantes do Poder Público e da sociedade civil. É importante porque, dessa forma, nós estamos levando à sociedade a orientação de que, para fazer turismo, nós temos que nos organizar também, no nível governamental e no nível privado.

E, aí, apresentando a nossa evolução desde a nossa criação, como já foi falado aqui. A atuação do Ministério do Turismo...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA** – ... de certa forma, tem a ver com esses resultados. Dobramos as viagens domésticas em dez anos; triplicamos os desembarques domésticos; os financiamentos foram multiplicados por três – os financiamentos de bancos públicos para o setor privado; a receita cambial foi triplicada pelo menos; e aplicamos R$8,3 bilhões oriundos do Orçamento da União, com 16 mil obras contempladas, mais de 4 mil Municípios brasileiros beneficiados.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Com a fala do Dr. Neusvaldo, nós encerramos, digamos assim, as intervenções dos componentes da mesa.

Eu vou passar agora a abrir o debate, para o qual já está inscrito o nobre Senador Kaká.

Quero antes, no entanto, saudar a presença aqui do Secretário Executivo do Ministério do Turismo, Dr. Alberto Alves.

Se também quiser usar da palavra no processo de discussão, fique à vontade.

Então passarei a palavra ao Senador Kaká Andrade.

**O SR. KAKÁ ANDRADE** (Bloco Apoio Governo/PDT - SE) – Inicialmente bom dia a todos. Parabéns pela iniciativa, Senador Valadares, Senadora Lídice da Mata, demais membros da Mesa, Sr. Alexandre, Sr. Jun, Neusvaldo, Sr. Osório, meu particular amigo João Ávila, que foi bastante modesto na questão da criação do destino, ele teve participação ativa, juntamente com nossa Secretária de Turismo Silvinha, na nossa Canindé, ele sempre foi um nosso guia, um nosso orientador, abriu caminhos, apontou caminhos.

O destino foi transformado verdadeiramente em produto. Hoje a região dos cânions de Xingó é uma região que abrange três Estados: Sergipe, Alagoas, Bahia. A nossa terra Canindé de São Francisco, temos Piranhas, em Alagoas, Olho D´água do Casado, em Alagoas, Delmiro Gouveia, em Alagoas, Paulo Afonso, na Bahia. Esse destino tem diversos atributos turísticos, tem a Trilha do Vale dos Mestres, que conta – são trilhas ecológicas – com pinturas rupestres, tem a Fazenda Mundo Novo, que foi cenário de novela, da novela Cordel Encantado, de um seriado da Rede Globo, Amores Roubados. Nós temos a Trilha do Cangaço, a Rota do Cangaço. É uma trilha onde chegamos à gruta onde Lampião e os seus parceiros foram dizimados, em Poço Redondo. Nós temos o passeio no cânion, nós temos o Museu de Arqueologia de Xingó, onde se encontram os achados de sítios arqueológicos que foram inundados pela usina hidrelétrica. Nós temos a cidade histórica de Piranhas, que abriga o Museu do Cangaço. Nós temos a APA (área de proteção ambiental) da Grota de Angico, uma área de proteção estadual, que carece de apoio para que justamente essa questão ecológica seja valorizada, a questão da preservação da Caatinga, mas nós ainda enfrentamos...

Eu me angustio muito ao fazer um comentário. Alguém que se ache em melhor posição de responder, por gentileza, que o faça. Eu me angustio muito. A gente fica em Canindé de São Francisco e a gente assiste diariamente os ônibus passarem. Eles saem cedinho de Aracaju, enfrentam algo em torno de 200 quilômetros de estrada, eles passam por mais de 120 quebra-molas. Chegam ao Cânion, fazem o passeio, almoçam na estrutura que lá foi implantada, voltam dormindo, sequer olham para a cidade de Canindé.

Então, como o turismo é fator, primeiro, de sustentabilidade, é uma indústria limpa, lá assim acontece, a gente procura preservar todas essas coisas, mas ele precisa ser também inclusivo. É preciso que as comunidades locais, as comunidades tradicionais, e lá tem uma riqueza cultural muito grande, lá tem a Cavalhada, lá tem o Reisado, lá tem São Gonzalo, que são atividades históricas na região; tem a história do cangaço, que é uma coisa muito forte, que precisa ser reforçada; lá tem a Prainha de Canindé de São Francisco. Há muito tempo, a gente vem tentando fazer a implantação, está dentro dos recursos do Prodetur, mas é uma questão de titularidade de área junto à Chesf. E, aí, faço uma crítica à Chesf, que é um órgão que dificulta. Nós perdemos recursos para implantar um centro de recepção ao turista.

Na época, em Canindé de São Francisco, tínhamos recursos no Ministério do Turismo por conta da titularidade da área – toda a margem do São Francisco é de propriedade da Chesf. Essa prainha precisa ser implantada, ela está aprovada. Nós fizemos o projeto de esgotamento sanitário de todo o bairro que fica na prainha, fizemos o projeto arquitetônico de toda a prainha. Não sei como se encontra hoje para a questão da execução, mas o que gostaria de colocar aqui, de perguntar, é como fazer com tantas atividades que existem? Num dia só você não consegue ver tudo isso, você teria de passar pelo menos três, quatro dias por lá. Temos lá um hotel com 60 leitos, temos outro com trinta e mais algumas pousadas. Então, qualquer grupo já enche os hotéis. O destino foi criado, o esforço foi enorme, a gente fez parceria com o município de Gramado. A Silvinha realizou, por 15 anos consecutivos, a Festa de Sergipe, em Gramado. Na nossa administração, na administração do meu irmão, fizemos os oito anos da Festa de Sergipe em Gramado. Era a única festa. Tínhamos a festa de uma empresa de aviação e a nossa festa, que era a mais concorrida.

Então, todo esse trabalho no Município foi feito, mas eu ainda sinto a falta de que esse investimento tenha retorno para as populações locais. Como fazer para que investimentos ali aconteçam? O Sr. Alexandre falou em alguma coisa no Pantanal. A Confederação Nacional do Comércio... Precisamos dar um jeito de as pessoas ficarem por lá e experimentarem toda essa riqueza, única no Brasil, na região, onde Lampião passou, sendo bandido ou herói, seja o que for. Ele é questionável, todo mundo gosta da riqueza. Lá também tivemos dois longas metragens, que já foram feitos por lá. O Hermano Penna, o Sargento Getúlio, com base num livro do João Ubaldo Ribeiro, um baiano sergipano. Outro recente, que foi lançado este ano, *Aos ventos que virão,* que conta a história de um cangaceiro que desistiu do cangaço, que veio para São Paulo e depois retornou ao cangaço, retornou à sua terra, se envolveu com a política e acabou matando. Deixa para quem quiser assistir ao filme para ver como é a história. O destino está criado.

Eu gostaria de saber como fazer com que as pessoas experimentem isso, deixem de sair de Aracaju, que é a porta de entrada. Outra coisa é que nós temos um aeroporto em Canindé de São Francisco aprovado, com terreno adquirido.

A prefeitura, à época, fez o projeto, que está aprovado, inclusive com sinalização noturna, porque muita gente não quer sair 200 quilômetros. Olha, eu falei: mais de 120 quebra-molas. A pessoa chacoalha literalmente na estrada, e muita gente, principalmente o turista, que tem um pouquinho mais de recurso, ele, naturalmente, não se submete a isso, já que nós não temos um aeroporto. Então, primeiro, o que fazer com que esse aeroporto saia? O que fazer? Como incentivar para que a gente aumente a infraestrutura hoteleira para que as pessoas lá podem ficar e vivenciarem toda essa riqueza que é lá do nosso sertão de Sergipe, de Alagoas e de Bahia.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Obrigada, Senador.

Eu queria também fazer uma pergunta que foi deixada aqui pelo nosso Presidente ao se afastar. Ele me pediu que a encaminhasse ao Ministério do Turismo. Portanto, o nosso representante do Ministério do Turismo pode responder neste momento ou posteriormente.

Segundo ele, no ano passado, a Comissão protocolou um ofício no Ministério do Turismo solicitando que avisasse dos empenhos ali realizados no exercício de 2013 de 40 milhões, que foram empenhados após a votação da Medida Provisória 653 e que havia a partir desse momento uma discussão com o Ministério do Turismo para que pudesse informar como seriam aplicados esses recursos e em que Estado, para quais Estados eles seriam dirigidos. Então, essa é uma pergunta que não sei se há condições de responder aqui, mas, se possível, responder posteriormente num ofício formal à Comissão de Turismo.

Finalmente, queria ressaltar, como relatora desta audiência pública, dizer que a audiência tem uma finalidade que é uma finalidade definida pela Resolução do Senado Federal que estabelece que agora cada Comissão deve fazer um relatório analítico das políticas públicas originárias do seu trabalho de comissão. Como nós temos aqui o tema do desenvolvimento regional e turismo, para as políticas públicas do turismo eu fui designada. E vamos fazer isso em duas audiências públicas, como já informei antes. Nesta, nós estamos debatendo a estruturação dos destinos turísticos brasileiros.

Nesta audiência e neste contato, não há uma intenção a priori de fazer uma crítica negativa das políticas públicas que são desenvolvidas no País, mas também não é apenas uma informação dessas políticas públicas para a Casa. É uma análise do desempenho, do desenvolvimento dos planos nacionais de políticas públicas para cada área, no caso do Plano Nacional de Turismo, das suas políticas estruturantes, para que nós possamos, como Senadores, como Parlamento, discutindo com a sociedade, identificar os nós, identificar os gargalos, identificar as dificuldades, para que nós possamos alcançar as metas antes de fazer uma análise na época da meta não alcançada do porquê não alcançamos.

Então, eu identifico e identifiquei aqui, nas falas de diversas das entidades, do ponto de vista da Abav, um posicionamento de saudar os avanços, mas também de identificar dificuldades no processo atual. Não tenho dúvida, como aqui foi ressaltado, o congresso da Abav é, sem dúvida alguma, pelo Diretor João de Souza, o maior congresso de entidades turísticas do Brasil e, talvez, até da América do Sul. É, realmente, um grande momento do turismo nacional.

E as agências de viagem vêm sofrendo, já há algum tempo, diversas dificuldades, que temos debatido em alguns fóruns do turismo nacional, relacionadas com o desenvolvimento de novas ferramentas da tecnologia, o seu impacto no setor e como fazer com que, através do Ministério do Turismo ou das políticas públicas, possamos, talvez, dar outro direcionamento à política das agências de viagem ou mesmo ver de que maneira é possível incorporar esse movimento de agências de viagem, que é um movimento extremamente produtivo e, principalmente, com grande capilaridade no turismo nacional, de que maneira nós podemos fortalecê-lo e mantê-lo vivo. Eu creio que a fala do nosso caro João Ávila foi nessa direção.

Por outro lado, a CNTur fez também aqui, através da fala do nosso amigo José Osório Naves, um levantamento de pontos em todas as áreas que considerava, pelo que vi, um posicionamento mais crítico de como se encontra o desenvolvimento de diversas ações do turismo e de diversos segmentos do turismo nacional.

A CNC também deu uma contribuição importante na sua fala, presenteando com o resultado de um trabalho de estudos em turismo voltado para a análise da questão das experiências do turismo e sustentabilidade, hoje, no Brasil. Eu não o vi ainda. Fico muito contente em receber. Folheei aqui e vi as experiências da hotelaria. Não posso deixar de puxar a brasa para a minha sardinha e destacar a experiência, que não sei se está aqui, da hotelaria de Porto Seguro, que desenvolve, em muitos hotéis daquela cidade, vinculada à sustentabilidade, a sustentação energética dos hotéis através da energia solar. É uma experiência importante e interessante, que, se não estiver aqui, logo depois, a CNC corrigirá esse grave equívoco de deixar a Bahia de fora. Eu não creio que isso aconteça. Nunca esteve fora e não estará portanto.

Nós não tivemos condição de ler tudo para ressaltar a presença, obviamente, daqueles que puderam estar presentes. Pelo que já li, na análise da Associação Brasileira de Empresas Aéreas, há também uma análise do desenvolvimento da aviação e turismo nacional e metas a serem alcançadas. Eles destacam os avanços feitos nesse período, que já foram destacados também pelo Ministério do Turismo. Eles destacam no documento Aviação 2020, que é a aviação com metas até 2020. A sua meta é atingir 200 milhões de passageiros/ano, portanto, dobrar o número de destinos atendidos por voos por conexão aérea no Brasil. Acrescentar pouco mais de 400 aviões à frota atual, que já é de 520. E há de gerar com isso pouco mais de 600 mil vagas na cadeia produtiva da aviação.

Portanto, vou pedir que seja incluído pela Secretaria-Geral da Mesa, nas notas taquigráficas, esse documento do nosso Eduardo, que fala, justamente, das novas metas da aviação nacional e de quais são as políticas públicas que se pretende para essas metas.

São políticas que são conhecidas, são debatidas, há muito tempo, no setor do turismo. Algumas áreas avançaram nessa direção, alguns Estados. Na Bahia, nós conseguimos ter uma política de diminuição de ICMS para a aviação regional. Isso permitiu que nós reaquecêssemos três aeroportos que estavam, praticamente, paralisados e com destinos importantes, um deles o de Paulo Afonso, que, há muito tempo, estava sem uso permanente, que, agora, passou a ter linha direta de aviação regional; o de Lençóis, também, com muita intensidade, com dois voos semanais; e o de Valença, que é um importante destino, também, da nossa costa do descobrimento, que volta a ter funcionamento.

Então, no caso da Bahia, mas nós temos o setor aeroviário, das empresas aéreas no Brasil, com uma reivindicação específica, voltada para a diminuição do peso do custo do querosene da aviação, que é uma das reivindicações do setor, já, há muito tempo, e que é muito importante que o Senado Federal possa acompanhar essa reivindicação, debatê-la e ajudar a que o Brasil tenha uma política clara a respeito desse assunto, no sentido de fortalecer a aviação nacional, que é uma das principais reivindicações do setor.

Então, essas reivindicações todas estão aqui. Eu gostaria de acrescentar a essa discussão – tudo isso, certamente, eu vou tentar, de forma sintética, colocar no nosso Relatório – uma outra questão que diz respeito à estruturação do destino turístico mais propriamente dito, no caso da infraestrutura.

É muito ressaltado, toda vez em que se fala, historicamente, sobre instalação do Ministério do Turismo, que tem apenas 11 anos de existência, o esforço feito pelo Ministro Mares Guia, com enorme competência, de transformar o Congresso Nacional no principal parceiro do turismo nacional com uma injeção de recursos, através de Emenda Parlamentar, que deu, praticamente, sustentação ao Ministério.

Acho que essa política foi uma política indispensável para a implantação do Ministério há 11 anos. No entanto, eu creio que, onze anos se passando, é necessário que se faça uma revisitação a essa política. Eu creio que é preciso rediscutir essa política, porque eu não acho que o orçamento do Ministério do Turismo possa sustentar uma política de desenvolvimento nacional tendo como base uma política que é extremamente fragmentada de investimentos na área de turismo.

O Ministério do Turismo recebe emendas praticamente iguais às emendas, com finalização muito semelhante às emendas do Ministério das Cidades, que tem outra visão no desenvolvimento urbano. Praticamente, fica de fora, só, o saneamento básico. E eu creio que isso tem levado, atualmente, já, depois de definida uma política e um sistema nacional de organização do turismo brasileiro, a um processo muito fragmentado de ações do turismo.

Eu penso que, para o estágio em que nós estamos, da criação do Ministério, do Sistema Nacional do Turismo, dos novos desafios que nós temos para o turismo nacional, seja necessário rediscutir com o governo e com a Presidente da República e com o centro do Ministério de Planejamento, o que se quer do turismo nacional. E isso chamando o trade turístico a participar no Conselho Nacional de Turismo.

O Parlamentar põe a emenda que interessa a ele na cidade que lhe interessa e como o Ministério do Turismo, para receber esse aporte, criou um acordo com a Fazenda, com o Presidente, com o Planejamento de liberação generosa das emendas, isso levou a que tivéssemos uma distribuição dos recursos feitos no Ministério do Turismo para todas as cidades e não necessariamente para os 65 destinos turísticos do Brasil. E ou mudamos a nossa política, ou teremos uma política sem foco. Por mais que o Ministério do Turismo reclame que as emendas não são destinadas às principais metas do Ministério, elas continuarão sendo feitas em outra direção, porque elas estão cumprindo as metas do voto dos Deputados.

Então, acho que é preciso redefinir no Governo Federal o que o Governo quer com o Ministério do Turismo. Se for um Ministério do Turismo para existir apenas para, digamos assim, servir à ideia de que temos um ministério que trata especificamente do turismo, ela tem que ser revista. Ela tem que servir ao projeto de desenvolver o turismo no Brasil para transformar o turismo em um importante vetor de desenvolvimento da economia nacional. E para tanto motivar e estimular o turismo interno, porque ele não terá sustentação se não tiver um grande projeto e um grande estímulo ao turismo interno, que dê sustentação a toda cadeia hoteleira, a toda cadeia de bares e restaurantes, a toda cadeia de agências de viagem. Portanto, o turismo voltado para o desenvolvimento interno, para poder chegar até Canindé, senão certamente não conseguiremos atrair o turista internacional para um destino com essa característica.

E ele precisa ter também sua ação voltada para alcançar a meta de crescer não tão pouco, porque considero que é muito pouco o que conseguimos crescer nesses anos todos de existência do Ministério do Turismo em relação ao turismo internacional. Estamos batendo seis milhões de visitação internacional com todo estímulo da Copa do Mundo, que não é um estímulo pequeno. E não basta, para nós, nos conformarmos com a ideia de que estamos distantes dos destinos europeus, porque temos outros destinos, outros polos emissores capazes de serem atraídos para o Brasil. Os Estados Unidos são muito mais perto do que a Europa. A América Latina, países da América Latina que hoje estão em desenvolvimento econômico mais acelerado do que o Brasil.

Enfim, acho que o nosso relatório tem que estimular que se vençam os desafios que temos pela frente e faça com que o Senado seja um parceiro dessas preocupações e não apenas o relatório para conformadamente nos relatar quais são as razões pelas quais não conseguimos alcançar ainda as metas definidas. O Senado como uma parte do poder do País, como o Poder Legislativo, tem que dar sua contribuição para que o Poder Executivo, para que a Presidente da República, através dos seus ministérios, possa alcançar aquilo e cada uma das áreas daquela que é a meta do desenvolvimento nacional.

Dessa forma, eu quero destacar que considero que foi muito importante a audiência que nós realizamos aqui, hoje. E nós esperamos que a próxima, com a presença do Ministro, inclusive, possa dar uma contribuição ainda maior a essas nossas preocupações, e que o nosso trabalho possa servir para fortalecer o Ministério do Turismo do nosso País e as suas ações.

Estou recebendo, aqui, e queria propor, pelo adiantado da hora, que nós pudéssemos fazer essas perguntas, cujas respostas já seriam parte da fala do Ministro quando viesse na próxima semana.

A não ser que o Dr. Alberto queira...

**O SR. ALBERTO ÁVILA DE SOUZA** – Agradeço a oportunidade, mas era exatamente parte da sugestão que eu iria... Inclusive, eu já pedi até o texto dessa fala da senhora, porque seguramente, o que a senhora está dizendo é a direção que hoje a gente vem trabalhando, internamente, que é longe de prescindir da ajuda do Congresso, até porque o Congresso é que define orçamento, define essas coisas todas.

Mas a gente está passando, a gente já está caminhando, a gente imagina, o Ministro trabalha para buscar uma outra galáxia para o turismo; uma galáxia na direção do que a senhora está dizendo. Quer dizer, a gente não pode... O Ministério, para ser efetivamente um ministério, tem que fazer com que o Brasil faça como outros países. O que eles fazem para atraírem tantos turistas? Então, nós estamos trabalhando, justamente, nessa direção, em consonância com as preocupações que a senhora demonstrou nessa na sua fala. E a senhora tenha certeza que, no dia 12, o Ministro Vinícius vai além, muito além, dessas preocupações que a senhora colocou aqui, no sentido de, efetivamente, tornar o turismo um agente econômico importante no PIB.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Obrigada.

**O SR. ALBERTO ÁVILA DE SOUZA** – Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Sem dúvida é importante a sua contribuição.

Eu quero registrar que, por meio do e-Cidadania, que é o canal de participação e interatividade do Senado, via internet, houve a participação de uma senhora, a Srª Anna Flávia Schmitt Baranski, que faz um comentário que eu queria reproduzir aqui:

Muitos cidadãos tem o que oferecer para tornar um destino turístico interessante no interior, mas não têm oportunidades. Municipalizar as oportunidades não é o caminho? [Ela própria pergunta.] Não é o caminho? Porque cidadãos que querem atuar na área de turismo e cultura têm as oportunidades fechadas pelas próprias secretarias que não querem que as cidades pequenas avancem. O Governo Federal deveria elaborar uma estratégia para chegar à população que tem vocação para recepção turística e cultural, de forma que ela esteja livre de qualquer prefeitura.

É a contribuição da nossa...

**O SR. KAKÁ ANDRADE** (Bloco Apoio Governo/PDT - SE) – Senadora...

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Pois não.

**O SR. KAKÁ ANDRADE** (Bloco Apoio Governo/PDT - SE) – Mesmo diante do adiantado da hora, eu fiz alguma provocação. Foi um comentário provocativo.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Claro. Eu darei a palavra para encerrar esta audiência a cada um dos que aqui estiveram participando.

Desta feita, porém, com um tempo menor, eu creio que em cinco minutos dá para responder os questionamentos e fazer as despedidas de todos que aqui estão. Não, sem antes, agradecer, enormemente, a disposição e a participação de todos vocês, que são nossos parceiros na atuação desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e, especialmente, para mim, que sou Relatora desta tarefa, dada pelo Senado, de analisar essas políticas públicas.

Portanto, eu, mais uma vez, agradeço, me despeço e passo a palavra, pela ordem, vindo da Abav para cá, a cada um dos que estão à mesa.

**O SR. JOÃO DE SOUZA ÁVILA** – A Abav se sente extremamente honrada com essa participação, Senadora Lídice, Senadores presentes e todo público presente e, lembrando o nosso representante do Ministério Público, o público nacional que nos ouviu.

Senador Kaká Andrade, eu tenho a impressão de que nós, lá em Sergipe, vamos encontrar, com o seu trabalho, com o trabalho do Congresso, com o trabalho nosso, da capacidade intelectual sergipana, a solução para melhorar essa questão de Canindé.

Quero apenas lembrar: Canindé não vai passar apenas pelo turismo, vai passar por um turismo rural, que, inclusive, tem uma demanda legislativa a ser aprovada pelo Congresso. Eu, particularmente, como diretor de relações governamentais, comprometi-me no Congresso da ABAV, naturalmente, com essa ligação que temos com os Parlamentares, em ajudar também a aprovar essa legislação pertinente, que é um trabalho importantíssimo que o Sebrae está fazendo no Brasil.

Só a questão da ligação do turismo com o agronegócio em Canindé – a produção da pequena propriedade, os assentamentos rurais, a produção do mel, do leite de cabra, da carne –, podemos transformar aquilo em um produto para ser trabalhado no Sergipe todo. Imaginem todos os hotéis sergipanos usando sabonete de leite de cabra; imaginem o mel dos hotéis sergipanos vindo de Canindé de São Francisco. É por aí que construímos um *cluster* e, com a divulgação, melhoramos essa cadeia para Canindé.

E, em nível nacional, Senadora, queremos dizer que com as suas preocupações, certamente com essa ligação que hoje mais uma vez se consolida, nós teremos do Congresso Nacional o apoio extremamente necessário para a sobrevivência das agências, porque parte principalmente pelo Ministério do Planejamento, que define as compras governamentais.

Temos uma questão muito forte a ser discutida, mas não é o momento. O tema hoje é região indutora do turismo.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Teremos uma audiência posteriormente para tratar desse assunto.

Com a palavra a CNTur.

**O SR. JOSÉ OSÓRIO NAVES** – Em primeiro lugar, a CNTur quer agradecer o convite da Comissão para esse debate e dizer o seguinte: realmente, é do nosso propósito essa reformulação na política de turismo do Ministério, que a regionalização não seja transformada em uma roteirização, mas que ela seja mais abrangente e divulgue no âmbito daquela região todos os atrativos turísticos.

No caso, e o Senador expôs muito bem, temos de agregar os valores que existem naquela região e não fazer um destino específico para aquele lugar. Mas já que vamos passar por aquela região, vamos, então, diversificar, e mostrar os atrativos que há à beira do caminho.

Mais uma vez, Senadora, queremos agradecer o convite. Estamos à disposição na CNTur para qualquer colaboração.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Dr. Neusvaldo, do Ministério do Turismo.

**O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA** – Senadora e plateia, essa temática é riquíssima, e a gente fica aqui imaginando falar um mundo de coisas, mas não há tempo, não tem fim.

Mas quero apenas dizer que nós estamos despertando, como o povo diz no jargão popular, o gigante está despertando para mais uma vocação. O Brasil é o país de exportação de produtos primários e se notabilizou nos tempos recentes em ser campeão mundial em vários produtos do agronegócio. O Brasil é o país do futebol, é um país com várias características, mas eu acho que o Brasil tende a ser também o país do turismo.

Temos muito espaços, a serem construídos ou não, para serem apreciados. Temos muitos recursos que estão sendo transformados em recursos a partir desse esforço de governo, do *trade* de turismo e da sociedade de um modo geral. Vimos a cidadã se pronunciando, querendo apresentar a sua contribuição para que o seu recurso se transforme em produto.

Eu acho que esse despertar está chegando para os diversos espaços do Brasil. Não é aqui exagero falar dessa infinidade de possibilidades que temos, desde a nossa imensa praia, o maior atrativo turístico do país em extensão e o que mais atrai o lazer. Temos o nosso Pantanal, as nossas grandes cidades, a Amazônia. Não há nada ainda estabelecido, nada em relação ao que pode ser feito. Sabemos que tem muita coisa já feita, e nós podemos ir muito mais à frente.

A Senadora falou aqui que nós atingimos seis milhões de visitas, quando Portugal, por exemplo, tem 65 milhões, com uma população de 45 milhões. Imagine se chegamos nesse nível? Nós temos condição de ultrapassar a nossa população em visitas. É um sonho, mas é possível sair de seis milhões para trezentos milhões. Há essa possibilidade.

Estou falando isso, porque há um empresariado, um cidadão com a sua poupança, com a sua possibilidade, procurando alternativa de negócio. Veja e analise as possibilidades para o turismo.

Nós estamos começando nesse mundo, como se dizia em livro: É um mundo novo, é um mundo da felicidade. O turismo consiste construir a felicidade. É a melhor coisa que se pode fazer no mundo. Então, nós estamos despertando para isso, chegou a hora.

Então, é importante que Governo, Congresso, a sociedade e o *trade* turístico passem a conversar um pouco mais. Esse evento, espero, Senadora, que seja o início de um processo de ampla discussão. E aí, como consequência, os orçamentos se ajustam. Não tenho dúvida disso. E o Governo é sensível, é claro, e vai se sensibilizar com todo esse processo. Mas ele tem de se concretizar.

Então, há várias respostas que eu poderia dar aqui. Mas eu não vou me deter mais. Só digo aqui para o nosso amigo José Osório: o modelo burocrático para o modelo empreendedor. É isso que nós queremos.

Quando chegou ao Ministério do Turismo essa participação forte do Sebrae, através de nosso Ministro e de outros colegas, a ideia era essa: sair do modelo burocrático para o modelo empreendedor. E vamos fazer, com certeza, todo esse esforço. Nós, funcionários públicos, já estávamos nesse processo, dentro do modelo burocrático, estamos absorvendo todo esse novo de pensar, e, com certeza, vamos marchar na direção de um modelo empreendedor, partindo do próprio Governo.

Então, há muitas respostas que poderão ser dadas. Eu vou parar por aqui. Tenho certeza de que o nosso Ministro, ao saber do resultado dessa discussão, vai se empolgar e trazer muitas respostas para os senhores e para as senhoras.

Quero agradecer, então, a oportunidade e me colocar à disposição. A demanda do Senador Valadares já está sendo providenciada; vai ser respondida. Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Obrigada.

O representante também do Ministério, o Diretor de Programa do Ministério de Turismo, Sr. Jun Alex.

**O SR. JUN ALEX YAMAMOTO** – Bem, vou aproveitar os cinco minutos para responder algumas perguntas, alguns questionamentos.

Senador Kaká, não existe uma resposta pronta nem genial para um problema tão complexo. O turismo é uma atividade bastante complexa. Mas eu queria aqui apontar alguns detalhes que poderiam ajudar e aproximar talvez a gestão pública Municipal e Estadual e o Governo Federal, para que busquemos soluções e que elas sejam também replicadas e refletidas sobre todos os outros destinos que passam pelas mesmas situações e enfrentam as mesmas dificuldades.

Bem, primeiro, acho que a distância é o maior filtro de demanda que existe no turismo. Um exemplo disso é que, no nosso dia a dia, ninguém que mora na 14 da Sul sai para comprar pão na 14 da Norte; compra numa padaria mais próxima. Isso se dá também com o turismo, como um produto em si.

Então, o grande desafio já é levar o turista, talvez um dos maiores públicos emissores do Brasil, se colocarmos São Paulo, até a Região do Nordeste. Eu falo com propriedade, porque morei seis anos no Norte e sei da dificuldade também de a população e de os turistas enfrentarem essas grandes distâncias.

O processo de regionalização facilita um pouco isso. Você não está sozinho no processo em atrair esse turista dos grandes polos emissores, por exemplo, São Paulo, para o Canindé. Você atrai para a região turística como um todo, pelo Estado como um todo. Isso já facilita bastante o processo.

O segundo grande desafio é fazer a pessoa sair do seu ponto de chegada da capital e andar os duzentos quilômetros, enfrentar 120 quebra-molas, que, para o Brasil, já é algo bastante complicado de se pensar. Imagine para o turista europeu que, com duzentos quilômetros, ele atravessa, às vezes, dois países?

Então, existe toda essa grande reflexão que temos de fazer, pensando no acesso, e pensando, principalmente, na questão da atividade.

Uma sugestão que nós daremos é o aumento da competitividade. Acho que isso se dá a partir da revisão do plano de posicionamento de mercado do destino. O planejamento anterior, no Brasil, funcionava de uma maneira bastante engessada, convencional, tradicional, burocrática, que se exigiam dos destinos e dos gestores que se fizesse um planejamento gigantesco, que se organizasse todo um Município e criasse uma ilha de excelência para que depois os turistas chegassem. E isso não acontece. Se pensássemos assim, teríamos de despoluir, por exemplo, o Rio Tietê, primeiro, para que depois existisse um turismo de negócio em São Paulo. Isso não é fato.

Então, fazendo essa revisão de planejamento, posicionamento de mercado, por meio das Secretarias locais, com o apoio da sociedade local, que é representada pelas instâncias dos conselhos municipais, e os conselhos municipais – já respondendo à pergunta da Flávia, a participante via internet –, que têm também não só a representação chapa branca do Município, da Câmara, mas, enfim, da iniciativa privada local, que se desdobra, em todo o Brasil. São os braços operacionais das nossas instituições que fazem parte do Conselho. Então, ele pode fazer parte, também, disso daí... Já ressaltando o trabalho magnífico que a cultura vem fazendo, levando essas oportunidades às pontas que não dependem somente do Governo municipal, mas, sim, que dá oportunidade a todos os cidadãos para fazer isso.

Uma sugestão do nosso Diretor Wilken Souto, que está aqui, do Departamento de Produtos e Destinos, é fazer essa aproximação, primeiro, do Município e Região com o Estado, e, aí sim, do Estado com o Governo Federal, para que a gente possa ter uma maior atenção, entender melhor esses problemas.

Isso perpassa o nosso esforço de Governo Federal, de estarmos, também, nas pontas, para olhar olho no olho dos gestores, das pessoas que fazem o turismo, realmente, acontecer na ponta e entender essas dificuldades. Muitas vezes, somente no gabinete, no trabalho de planejamento, a gente jamais ia conseguir entender o que é essa dificuldade, mas toda a nossa equipe está à disposição dos senhores.

Com relação à fala da Senadora Lídice da Mata, com certeza, o Senado é um grande parceiro. Se pensarmos, talvez, de 2011 para trás – um período bastante difícil que enfrentou o Ministério do Turismo –, quando pensávamos o Congresso e o Tribunal de Contas da União, que é um braço do Poder Legislativo, o Ministério tinha uma grande dificuldade, um grande temor. Era muito temerário receber uma ligação do Tribunal de Contas ou receber uma convocação do Congresso.

Nesse processo de amadurecimento e reconstrução em que ainda carregamos uma herança bastante difícil...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JUN ALEX YAMAMOTO** – ... ainda gastamos muita energia com o passado, Senador, mas já estamos olhando para o futuro. Acho que o nosso Ministro é bastante corajoso de não sermos ufanistas, reconhecermos nossos problemas e olharmos para o futuro.

Temos, hoje, o Congresso como um grande parceiro, sim, e precisamos, sem dúvida alguma – estou convencido disso, Senadora –, ter um planejamento muito robusto, com a participação de todos os *players* do processo, para que possamos, efetivamente, transformar o turismo, talvez, em uma agricultura.

Cem anos atrás, o que era a agricultura? O que é a agricultura hoje? Uma potência. Se olharmos o turismo para transformarmos o turismo nesta potência que queremos, precisaremos, efetivamente, de um planejamento robusto, porque, a partir daí, teremos uma estratégia mais definida e, conjuntamente, buscaremos esses resultados.

Então, acho que avançamos muito. Queria agradecer a todas as contribuições dos demais parceiros aqui do Conselho.

Alexandre Sampaio, sou um grande admirador da sua liderança dentro desse processo.

A escolha destes parceiros foi muito feliz. As críticas são sempre bem-vindas e construtivas.

Osório é um grande parceiro nosso. Ele expõe suas críticas e nos faz refletir, mas concordamos, também, que estamos em diálogo permanente.

Os canais de interlocução, hoje, do Ministério do Turismo, seja com o Congresso, seja com os demais órgãos do Executivo, com os órgãos de controle ou com a sociedade têm uma interlocução permanente. Ela não se fecha agora; ela existe há pouco tempo aqui, mas todos estamos à disposição para eventuais parceiras e desenvolver conjuntamente o turismo no Brasil.

Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Agradeço os nossos parceiros...

**O SR. ALEXANDRE SAMPAIO DE ABREU** – Senadora, rapidamente.

Primeiramente, Senador Kaká, quero dizer que vou levar o seu pleito ao Presidente da Fecomércio, o Laércio. Quem sabe, com a parceria da prefeitura, a gente não constrói uma unidade do Sesc lá? Então, vamos trabalhar em termos práticos.

Em segundo lugar, quero me solidarizar com a Senadora pelas colocações, todas muito pertinentes, que endosso. A meu ver, nós precisamos inaugurar uma nova fase no turismo nacional, com essa postura diferenciada do Ministério e da Política Nacional do Turismo, e que estejamos todos nós irmanados dentro desse pleito.

Em terceiro, eu queria fazer não um reparo, mas um esclarecimento sobre a colocação que o nosso colega Osório fez sobre a decisão recente do Supremo na questão da admissibilidade para continuidade do recurso que a CNC propugnou contra o registro sindical da CNTur. Na realidade, o que o Superior Tribunal resolveu é que o registro sindical da CNTur, conforme foi feito pela 186, é lícito e legal, ou seja, a CNTur representa aqueles que a ela são filiados. No Brasil, nós temos uma legislação pós-Constituinte de 88 que manteve a unicidade sindical no aspecto constitucional, não regulamentada ainda infelizmente, e que fez o Ministério adotar uma política que é oriunda da OIT, qual seja, a da pluralidade sindical, isto é, representam sindicalmente aqueles que estão a eles filiados. Então, o empresário monta o seu sindicato, se filia a uma federação com cinco sindicatos, e, eventualmente, três federações montam uma confederação.

Então, ninguém aqui deve se arvorar ao direito de representar o turismo nacional, nem a CNC, nem a CNTur. O turismo nacional é representado pelo Conselho Nacional do Turismo, com as suas entidades associativas, partícipes, trabalhando todos em prol do turismo nacional.

Então, a CNC não vai declinar da sua atuação no setor do turismo; entende ela como necessária. A nossa federação, que é o principal braço operacional do turismo nacional, vai continuar vinculada à CNC. E esse processo é um processo de escolha. Sindicalmente, nós representamos majoritariamente hotéis e restaurantes. E não podemos falar que representamos o turismo nacional – a aviação não está conosco, navio não está conosco.

Então, é uma coisa muito plural, muito ampla. E nós precisamos ser solidários e artífices de toda uma ação em conjunto em prol do desenvolvimento e não ficarmos, eventualmente, discutindo filigranas da questão da representação sindical patronal, porque ela é muito restrita à especificidade do que existe, que é a Portaria nº 186, do Ministério do Trabalho.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Obrigado.

Antes de finalizar a audiência, vou passar a palavra ao Senador Kaká Andrade.

**O SR. KAKÁ ANDRADE** (Bloco Apoio Governo/PDT - SE) – Eu gostaria de deixar, como demanda para o Ministério do Turismo, essa questão de informações sobre o andamento do projeto da prainha de Canindé de São Francisco – porque, à época, nós elaboramos projeto, fizemos projeto de esgotamento sanitário, está todo pronto –, para ver quais são os entraves que estão acontecendo para que isso não aconteça. Nós não estamos mais na Prefeitura, somos adversários do Prefeito, mas não somos adversários do povo de Canindé de São Francisco. Então, gostaria de obter uma resposta de como anda isso.

Hoje, também, gostaria de ressaltar o Dia da Cultura. Cultura tem uma interface muito grande com turismo. Quero parabenizar todos aqueles abnegados que fazem os reisados, que fazem as cavalhadas, que fazem os folguedos populares por todo esse Brasil.

Muito obrigado. Fico muito honrado em ter participado desta reunião e espero ter contribuído um pouquinho para o engrandecimento dessa atividade, que é uma atividade que cresce muito. Espero – e vamos sonhar – que ela cresça cada vez mais no Brasil, e que cresça de forma sustentável e fazendo inclusão social.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. PSB - BA) – Após a fala do Senador Kaká Andrade, portanto, cabe a mim declarar encerrada esta reunião de audiência pública. Muito obrigada a todos que participaram dela.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)